UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JONATHAS MIRANDA DE CARVALHO

OS JOGOS OLÍMPICOS, A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O MODELO DE BARCELONA 92 PARA O RIO DE JANEIRO 2016

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

OS JOGOS OLÍMPICOS, A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA E A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O MODELO DE BARCELONA 92 PARA O RIO DE JANEIRO 2016

JONATHAS MIRANDA DE CARVALHO

Versão corrigida da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências – Programa de Pós-Graduação em Relações em Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Yi Shin Tang

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica

Carvalho, Jonathas Miranda de.

Os Jogos Olímpicos, a cooperação descentralizada e a aplicação de políticas públicas: o modelo de Barcelona 92 para o Rio de Janeiro 2016 / Jonathas Miranda de Carvalho: Orientador Yi Shin Tang. – São Paulo, 2014.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014.

Ao meu falecido avô Diógenes Pinheiro de Miranda e aos meus pais,
com amor, respeito, admiração e gratidão por tudo.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Yi Shin Tang, pelo apoio e importante contribuição desde o início deste trabalho.

Ao Professor Doutor João Paulo Veiga (IRI/USP), ao Professor Doutor Roberto Righi (FAU/USP), à Professora Doutora Janina Onuki (IRI/USP) e ao Professor Doutor Rafael Villa (IRI/USP), pela cooperação e participação nas bancas de defesa e qualificação.

Aos Professores de minha graduação e pós-graduação no Instituto de Relações Internacionais, entre 2007 e 2014, que me estimularam a ter paixão pela ciência.

Ao Professor Doutor Marcos Antônio Reigota (UNISO), pela motivação e aconselhamentos no início deste projeto.

À equipe administrativa do Instituto de Relações Internacionais, em especial, à Giselle Castro, por todo o seu apoio durante os meus oito anos nesta instituição.

À Universidade de São Paulo, onde realizei os mais inimagináveis sonhos acadêmicos e conheci profissionais e amigos que deram atenção às minhas ideias e contribuição ímpar para meu crescimento científico e intelectual.

"Para ser grande, sê inteiro: nada

Teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa. Põe quanto és

No mínimo que fazes

Assim em cada lago a lua toda

Brilha, porque alta vive"

Fernando Pessoa

(Odes de Ricardo Reis)

RESUMO

CARVALHO, J. M. **Os Jogos Olímpicos, a cooperação descentralizada e a aplicação de políticas públicas: o modelo de Barcelona 92 para o Rio de Janeiro 2016.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A cooperação descentralizada, protagonizada por atores subnacionais, no âmbito da preparação e da realização dos Jogos Olímpicos e no que diz respeito à aplicação de políticas públicas, pode ser fonte de uma série de benefícios à cidade-sede do megaevento esportivo. Este breve *policy paper,* a partir de um estudo de caso baseado na experiência da cidade de Barcelona em 1992, busca revelar a problematização do caso da capital catalã a fim de elencar elementos que mostrem como o Rio de Janeiro e o Brasil, em certa medida, podem beneficiar-se a partir um grande evento como as Olimpíadas, considerando as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais entre as cidades analisadas. Trata-se também de um breve estudo da cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha, atentando à coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas. Finalmente, pretende-se fazer considerações que podem nos proporcionar possíveis alternativas de bons resultados em vários âmbitos quanto à organização do Rio 2016.

Expressões-chave: Cooperação Internacional; Jogos Olímpicos; Políticas Públicas; Megaeventos esportivos; Barcelona 92; Rio 2016.

ABSTRACT

CARVALHO, J. M. **The Olympic Games, decentralized cooperation and public policies: the model of Barcelone 92 to Rio de Janeiro 2016.** 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The decentralized cooperation, carried out by subnational actors in the scope of the preparation and coming together of the Olympic Games and with regard to the implementation of public policies, can be a source of a lot of benefits to the host city of the megaevent. This brief policy paper, derived from a case study based on the experience of the city of Barcelona in 1992, seeks to analyse the case of the Catalan capital in order to have elements that show how Rio de Janeiro and Brazil may benefit from a major event like the Olympics, considering the social, political, economic and cultural differences among the cities examined. First, there will be a brief study of decentralized cooperation and its effects for Barcelona and Spain, paying attention to the coordination between the local government and the central government in the implementation of public policies. Finally, this paper will provide considerations on possible alternatives that can lead to good results in various fields concerning the organization of Rio 2016.

Keywords: Decentralized Cooperation; Olympic Games; Public Policy; Megaevents; Sports; Barcelona 92; Rio 2016.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 11

1.1 A importância dos Jogos Olímpicos e da cooperação descentralizada para a reurbanização e inserção internacional da cidade: Por que Barcelona?.....11

1.2 Objetivos e metodologia.....13

2. PROBLEMATIZAÇÃO 15

2.1 Os Jogos Olímpicos de Barcelona e o seu legado

A revitalização de Barcelona, os objetivos e a organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona.....15

2.2 A cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha.....17

2.3 A coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas.....21

2.3.1 O poder central e o poder local na aplicação de políticas públicas.....21

2.3.2 Os Jogos Olímpicos e a Cooperação Descentralizada: Resultados Positivos e Negativos para Barcelona.....31

2.4 O Planejamento Estratégico do Modelo Barcelona e a Gentrificação.....34

2.4.1 O "Planejamento Estratégico" do Modelo Barcelona.....34

2.4.1.1 A Cultura e a Opinião Pública.....37

2.4.1.2 As intervenções urbanísticas no planejamento estratégico de Barcelona..... 39

2.4.2 As novas centralidades e a gentrificação estratégica.....42

2.4.2.1 O fenômeno da gentrificação a partir da competição internacional da cidade.....44

2.5 Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro: Quais serão os seus legados? 46

2.6 A cooperação descentralizada e seus efeitos para o Rio de Janeiro e para o Brasil.....51

3. CONCLUSÕES.....53

3.1 Como o planejamento estratégico pode fazer do Rio de Janeiro um novo exemplo.....53

3.1.1 Identificando problemas na organização dos Jogos no Rio de Janeiro.....53

3.1.2 Conclusões a partir do caso de Barcelona e suas Relações Internacionais: Como implementar as ações para que o Rio 2016 seja um megaevento de sucesso?.....58

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA E INDICATIVA.....64

INTRODUÇÃO

O foco geral desta pesquisa é a cooperação internacional descentralizada, protagonizada por atores subnacionais, no âmbito da preparação e da realização dos Jogos Olímpicos e no que diz respeito à aplicação de políticas públicas na cidade-sede. Trata-se de um estudo de caso, baseado na experiência da cidade de Barcelona em sediar o megaevento em 1992, que pretende ser um breve *policy paper* com comentários para o Rio de Janeiro e seus Jogos em 2016.

Passadas duas décadas, o modelo de gestão criado pelos urbanistas catalães desde a nomeação de Barcelona como sede das Olimpíadas ainda é relevante para os realizadores dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, como foi para Atlanta, Sidney, Atenas, Pequim e Londres. Os assessores do planejamento urbano e do evento do Rio, em sua maioria, são catalães. Além disso, na capital carioca, como resultado dos Jogos Pan-Americanos de 2009, há resquícios bastante similares ao que se percebeu na Catalunha após os Jogos Olímpicos.

Pretende-se, com este estudo de caso, considerado antigo para muitos, mas não menos importante para o contexto atual em termos de relações internacionais, urbanismo e relação local-central, trazer a problematização de Barcelona à tona a fim de elencar elementos que mostrem como o Rio de Janeiro pode ser beneficiado por um grande evento como as Olimpíadas e não ser vítima dos mesmos erros ocorridos em outras cidades-sede no planejamento estratégico assimilado. Para isso, serão consideradas as diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais entre as duas cidades analisadas, além do período de preparação, já que o Rio de Janeiro ainda não realizou o evento.

O legado de Barcelona 92 pode ser um grande exemplo para o Rio 2016. O Parque Olímpico de Barcelona é o mais utilizado como parâmetro nas últimas edições dos Jogos e atinge níveis de uso desejados pelo Comitê Organizador da Olimpíada carioca. Neste intuito, o *paper* pretende revelar um breve estudo da cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha, a motivação patriótica dos Jogos

Olímpicos e a internacionalização de Barcelona, atentando sempre à estrutura semi-centralizada da Espanha e à coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas.

Sendo assim, o estudo permite um panorama mais aprofundado sobre a revitalização de Barcelona, os objetivos e a organização dos seus Jogos, enfatizando as relações internacionais no contexto dado. Além disso, seguiremos com uma análise do que foi o planejamento estratégico do Modelo Barcelona, do fenômeno de gentrificação que aconteceu na cidade, atentando aos aspectos culturais e à opinião pública, e das várias intervenções urbanísticas no planejamento estratégico. Ao final, apresentaremos conclusões, que direcionarão o leitor a comentários sobre o caso do Rio de Janeiro, a partir do estudo de Barcelona, guardadas as distinções de tempo e espaço.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 A importância dos Jogos Olímpicos e da cooperação descentralizada para a reurbanização e inserção internacional da cidade: Por que Barcelona?

A realização de eventos internacionais ilustra aspectos importantes na busca da inserção internacional de uma cidade. O planejamento e a organização do evento conferem visibilidade às suas políticas públicas, ao seu potencial econômico, turístico, comercial e cultural, além de direcionar o evento para as áreas em que se concentram suas estratégias de ação internacional. O caso de Barcelona é especial, por tratar-se do referencial da industrialização e dos movimentos contemporâneos sociais, políticos e culturais na Espanha, e, principalmente, porque houve consideráveis melhorias localmente a partir da expressiva atuação da cidade no cenário internacional.

Em teoria, o significado dos Jogos Olímpicos diz respeito ao momento de congraçamento da raça humana em torno do esporte, uma atividade considerada apolítica por muitos. No entanto, é possível identificar, nas competições olímpicas, não apenas um dos grandes lugares para a reafirmação de identidades no mundo

contemporâneo, mas também um excelente instrumento para examinar o papel político dos e nos Jogos Olímpicos.

Notou-se, ao longo da pesquisa, que o evento pôde enfatizar ou camuflar os interesses geoestratégicos de poder político, econômico e cultural e as disputas internas autonomistas e federalistas. Além disso, as grandes transformações podem gerar ou ser geradas mesmo com o embate de interesses políticos locais e centrais, no que tange a gestão e aplicação de políticas públicas, principalmente de regeneração.

A transição política espanhola para a democracia, iniciada em 1975, veio a coincidir com as decorrências da crise econômica geral de 1973. Barcelona passava por uma fase de dificuldades, agravada pela transferência da indústria para fora da cidade, pela estagnação da população e pela diminuição da atividade política. Neste contexto, a melhor forma de regenerar a cidade, que reuniu esforços de renovação urbana e projeção externa, foi a sua nomeação em 1986 como sede dos Jogos Olímpicos de 1992.

Barcelona passou de uma época de depressão para um verdadeiro *boom* econômico relacionado à preocupação com o entorno social-urbano nunca vista antes: mais de 80% dos investimentos, a maioria deles com origem na cooperação internacional, foram direcionados aos projetos urbanos e à infraestrutura não ligada aos espaços esportivos (VERBRUGGEN, 2000).

No âmbito da governança local, os Jogos em Barcelona ainda significaram uma clara necessidade de colaboração público-privada na cidade e um fenômeno de reurbanização, promovidos pela cooperação internacional técnica, sobretudo descentralizada, e seguidos pelas cidades-sede sucessoras na organização dos Jogos Olímpicos de verão: Atlanta, Sidney, Atenas, Pequim, Londres, e agora o Rio de Janeiro.

A integração entre os comitês organizadores de Londres e do Rio de Janeiro, por exemplo, é considerada a maior da história dos Jogos. Cerca de ¼ dos componentes do Comitê Olímpico Brasileiro é de profissionais estrangeiros. Esse tipo de cooperação traz *know how* e ajuda a suprir necessidades por mão-de-obra qualificada.

1.2 Objetivos e metodologia

Em 1986, quando foi nomeada, Barcelona estava sob o poder do partido socialista, com um plano diretório em ação para tentar suprir as carências da periferia, por meio de serviços coletivos como o metrô, além de habitação social digna. Para isso, havia um plano interinstitucional entre a prefeitura de Barcelona, o governo da Catalunha (a *Generalitat Catalana*) e o Governo da Espanha, para colocar o país próximo ao patamar de conquistas sociais dos principais países europeus.

Dessa maneira, os Jogos Olímpicos de Barcelona encontraram a cidade em um processo político de transição e adequaram-se à cidade, em grande medida, e não o contrário. Concomitantemente, com a criação e efetivação da União Europeia, a Espanha entrou em um período inédito de crescimento econômico, a partir da crescente cooperação internacional.

A organização dos Jogos Olímpicos de 1992, em consequência, baseou-se na forte liderança pública e em um consenso político pontual ao redor do projeto. O modelo, com a eficiente gestão pública local apoiada por investimento nacional e estrangeiro, utilizou a reconstrução urbana como um instrumento para a resolução de problemas sociais e urbanos pendentes e para a atração de turistas à cidade. A democracia recente, o entusiasmo das primeiras prefeituras democráticas pós-ditadura, a participação cidadã ativa do momento e o papel crítico de renomados arquitetos foram características únicas do chamado "Modelo Barcelona".

Ao caracterizar as perspectivas teóricas sobre a cooperação descentralizada e sua importância no atual cenário internacional, a análise do estudo de caso sobre a atuação de Barcelona nos âmbitos de preparação e realização dos Jogos Olímpicos e também sobre os aspectos políticos na aplicação das políticas públicas no mesmo âmbito destacará os seguintes objetivos almejados:

- Estudar como foi realizada a cooperação descentralizada no âmbito dos Jogos, quanto às diferentes linhas de atuação e aos objetivos estratégicos do poder local e do poder central.

- Identificar os principais pontos de embates políticos na aplicação das políticas públicas e a influência da cooperação internacional ao longo do período de preparação e realização do megaevento, considerando as diferenças políticas, sociais e econômicas entre as cidades e o fato de estarmos, em 2014, apenas na fase de organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro.
- Analisar e elencar, com base no estudo do caso de Barcelona, simples comentários e variáveis que podem ajudar a pensar os futuros Jogos Olímpicos e o melhor desempenho da cidade do Rio de Janeiro em termos de organização e de legado.

Quanto aos objetivos metodológicos, realizou-se o levantamento e a análise dos discursos oficiais, por meio dos *Cuadernos VVAA* (*Centro de Estudios Olímpicos da Universitat Autónoma de Barcelona*), e observou-se com detalhes a literatura especializada no estudo de caso e na discussão sobre cooperação descentralizada, além de sites oficiais dos organizadores do megaevento. Paralelamente, foram analisadas as aplicações de políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro, bem como as ações de cooperação descentralizada, sobretudo com Barcelona.

É importante ressaltar que a identificação dos condicionantes contextuais e estruturais das iniciativas de cooperação internacional exigiu a análise bibliográfica de documentos, artigos acadêmicos e livros que identificam as linhas complementares de estratégicas de política externa de Barcelona e da Espanha, e do Rio de Janeiro e do Brasil, e que estão elencadas na bibliografia indicativa. Ademais, foram analisados outros dados que puderam contribuir para o alcance dos objetivos de estudo, como matérias de jornais e vídeos sobre os megaeventos.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

2.1 Os Jogos Olímpicos de Barcelona e o seu legado

A revitalização de Barcelona, os objetivos e a organização dos Jogos Olímpicos de Barcelona

No estudo de caso de Barcelona, podem-se reunir intimamente os temas da cooperação descentralizada e da reurbanização. A partir da maciça cooperação técnica internacional, durante o processo de muitos anos de revitalização, foram reunidos capitais internacionais que se "especializaram" em arquitetura, associada ao urbanismo do espetáculo, tendo como álibi o maior megaevento esportivo do planeta.

Para fazer negócios, muitos agentes domésticos e internacionais protagonizaram um arrastão empresarial com instituições financeiras, mega-construtoras, incorporadoras e arquitetos. Contudo, algumas marcas acompanharam essas transformações onerosas. Foram elas: endividamento, especulação imobiliária e gentrificação, embora seja costume que tais mudanças venham acompanhadas de grandes promessas. Criaram-se monumentos feitos ao desperdício e, em alguns casos, à predação social.

O planejamento originou-se das parcerias público-privadas e da intensificação do comércio internacional na Espanha. Otília Arantes (2012) trata com detalhes do chamado "Planejamento Estratégico" e conceitua o fenômeno como modelo urbanístico adotado no período pré-Olímpico, a fim de criar para a cidade uma autoimagem de um grande centro internacional capaz de responder às demandas dos alto negócios, próprios a eventos dessa natureza. Nada muito destoante do que se espera do Brasil e do Rio de Janeiro nos últimos anos quanto à preparação das suas Olimpíadas.

A pesquisadora destaca, que, por mais díspares que fossem os personagens envolvidos no processo, alguma coisa a cidade buscou vender, e o espetáculo, então, passou a ser visto como "produto" que impactou mundo afora, por meio do forte consenso doméstico. O que houve em Barcelona resultou em gentrificação de grandes proporções e enorme volume de negócios imobiliários fechados. A capital da Catalunha

adotou o "Planejamento Estratégico" para complementar a motivação patriótica na administração de seus "negócios" com a eficiência de uma grande empresa, uma verdadeira *growth machine* (MOLOTCH, 1976).

Em 1989, foi elaborado o "Plano Estratégico Barcelona 2000", que contou com um longo processo em que a cidade foi redesenhada física e, sobretudo, socialmente, numa conquista das áreas "problemáticas" por seus promotores. A partir do plano geral, a organização do evento, em grande medida, permitiu ao setor público traçar alguns objetivos de transformação urbanística em considerável escala. Para isso, a administração necessitou do investimento do setor privado e contou com grandes negócios internacionais. Por sua vez, o setor privado percebeu a possibilidade de assegurar seus investimentos por meio de uma participação ativa nos projetos. O reconhecimento de mútua necessidade abriu a possibilidade de cooperação ainda maior e de reciprocidade entre os agentes do setor público e do setor privado.

O planejamento estratégico foi a medida de política local mais difundida e a que mais interesse gerou sob o conceito mundialmente conhecido por "Modelo Barcelona". Por meio dele, o primeiro Plano Econômico e Social foi iniciado em meados dos anos 80, no contexto da reforma urbanística concernente à organização dos Jogos Olímpicos de 92, reunindo comissões e setores implicados, compostos por técnicos e especialistas. O plano foi amplamente divulgado em conferências e seminários aos cidadãos, que contribuíam com constantes críticas e sugestões.

Oficialmente, os objetivos dos Jogos foram "tornar-se um melhor fórum para a reunião de atletas de todo o mundo, oferecer excelentes competições de acordo com o espírito olímpico e promover uma grande transformação urbana que melhorasse a qualidade de vida e atraísse o público para a cidade" (HOLSA, 1992). A organização dos Jogos Olímpicos foi sustentada de três maneiras:

1) Pelo acordo interinstitucional entre a cidade de Barcelona (promotora da iniciativa), o Governo espanhol, a Generalitat (governo autônomo da Catalunha), o Comitê Olímpico Espanhol e o Comitê Olímpico Internacional.

2) Por uma *joint venture*, com o acordo e administração compartilhada do setor público e iniciativa privada nacional e internacional.
3) Por meio da criação de grupos especiais de administração, fora da gestão pública ordinária, com separação de funções de investimento e organizacionais.

A chave para o bom trabalho e sucesso dos Jogos Olímpicos de 1992 teve a ver não só com a força da meta de projeção e transformação da cidade, mas também com sua forma de organização, reunidas na grande capacidade demonstrada pela economia de Barcelona de responder aos estímulos olímpicos e atrair investimentos internacionais (BRUNET, 1995). Volta-se à ideia de *growth machine* (MOLOTCH, 1976), caracterizada por coalizões de elite, centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, entre outras palavras, uma verdadeira legião de profissionais ligados às possibilidades econômicas do lugar, que conformaram as políticas urbanas à medida que deram livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza.

2.2 A cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha

Entre 25 de julho e 9 de agosto de 1992, participaram 9.356 atletas de 169 países, competindo em 28 esportes e 257 modalidades (HOLSA, 1992). Os Jogos de Barcelona representaram também, além dos números, o cartão de visitas internacional da Espanha democrática. O país transmitiu uma imagem de dinamismo e modernidade decisiva ao romper antigos estereótipos e ao apresentar-se como um país europeu (com identidade europeia) e "central" perante a União Europeia e a sociedade internacional.

Em 1992, os espanhóis ainda celebraram o quinto centenário do Descobrimento da América, a Exposição Universal de Sevilha e a promoção de Madrid como capital europeia da cultura, completando o ano do período democrático em que o país, mesmo abatido pela crise político-econômica, obteve mais destaque internacionalmente.

Entretanto, nenhum dos eventos mudou tanto a urbanização de sua sede como os Jogos Olímpicos de Barcelona. Foi uma regeneração que girou em torno de um

megaevento com o selo da indústria cultural do esporte e a meta era maior: fazer Barcelona disputar um lugar entre as cidades globais, como um centro do terciário avançado, pondo em destaque o seu rico acervo cultural, ao recorrer às várias iniciativas no campo da cultura de aparato para sua renovação urbana.

Para o entendimento dessa renovação, é importante relevar um aspecto importante do modelo: a preservação da "mistura" social com a busca do consenso, que se constituiu na forma mais adequada de intensificar a cooperação internacional e de vender a atratividade da cidade aos investidores internacionais, ao exibir vários tipos de coesão social em torno dos objetivos de crescimento, numa demonstração de pacificação em torno de metas comuns, que tornassem a cidade, com sua tradição de lutas sociais e políticas, confiável à cooperação internacional entre Barcelona e outras cidades e países.

As relações internacionais, para esta coordenação, deram objetividade e excelência aos projetos conduzidos pelo geógrafo, urbanista, vice-prefeito e vice-presidente executivo da área metropolitana, Jordi Borja, e pelo Coordenador do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Barcelona, Manoel de Forn, que se tornaram os principais difusores do modelo de planejamento e gestão, inspirados em técnicas importadas da *Harvard Business School* (BORJA; CASTELLS, 2004).

O modelo propôs uma reorganização de hierarquias e escalas de poder, atribuindo ao governo local o papel de protagonista com atuação direta no processo de promoção do desenvolvimento econômico. O governo local, capaz de responder aos desafios urbanos e de formular um projeto de cidade e liderá-lo, deveria ser um governo que promovesse, tendo exemplos de Londres e Berlim (BORJA; CASTELLS, 2004). A influência dos líderes urbanistas, a parceria com o sociólogo Manoel Castells e a ajuda de algumas agências multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento fizeram com que o modelo passasse a ser seguido em várias partes do mundo e de modo especial na América Latina.

Em geral, houve, em Barcelona, flexibilidade regulatória nas constantes parcerias público-privadas, intervenções urbanas em áreas com alto potencial de valorização, projetos de revitalização de áreas centrais e portuárias e a construção de um pacto

consensual, principalmente entre o governo central e o local, na busca pelo desenvolvimento econômico e na internacionalização do país, da região e da cidade. Este consenso foi estabelecido, essencialmente, pelo sentimento de crise na época e pela oportunidade, vista como única, do maior megaevento esportivo do mundo.

Historicamente, houve forte pressão por parte das autoridades da Catalunha e de Barcelona em relação à independência da região, o que poderia levar a mudanças substanciais na organização territorial da Espanha. Deve-se considerar também que o federalismo espanhol é ímpar. Ao tratar a cooperação de Barcelona, no âmbito das Olimpíadas, como descentralizada, pode-se cometer um equívoco conceitual, uma vez que, pelo caráter autonômico do federalismo espanhol, poderia tratar-se também de uma forma de cooperação centralizada.

A forma como o poder é compartilhado ou distribuído territorialmente determina as principais diferenças de federalismo (GELLNER, 1983). A Espanha é dividida em estados associados como parte da União e, individualmente, têm suas próprias constituições, além de obedecerem à Constituição Espanhola. No Estado Federal Espanhol, a autoridade do primeiro ministro dá-se em todos os âmbitos e a relação entre ele e os governantes das províncias é de harmonia e colaboração (Princípio de Solidariedade, do Artigo 2 da Constituição Espanhola). Os embates políticos nas aplicações de políticas públicas são correntes, mas, ainda assim, há uma política externa central acima das ambições regionais.

Dessa maneira, pela autonomia conquistada e pelo fato de possuir sua própria constituição, pode-se afirmar que a cooperação internacional da Catalunha, no âmbito dos Jogos, é centralizada, estando ela em conformidade ou não com a política externa espanhola. Contudo, no caso de Barcelona, a cooperação pode ser vista como descentralizada, se considerar-se que, regida pela mesma constituição regional e nacional, houve ali dissenso com relação às demais cidades e regiões, além de benefícios usufruídos somente pela cidade, em detrimento do seu entorno regional.

Para entender mais sobre o que foi realizado em Barcelona, é preciso conhecer as teorias acerca da cooperação descentralizada e, para isso, é muito importante o conhecimento sobre o conceito de paradiplomacia, para indicar a participação de entes

subnacionais no cenário internacional. Esse assunto foi comumente analisado sob a ótica dos debates clássicos sobre o conceito de "soberania nacional" desde a década de 1980.

Neste sentido, as contribuições de Soldatos, Feldman e Feldman (1990) estabeleceram um novo marco teórico para a disciplina de Relações Internacionais. Segundo os estudiosos, cada vez mais, a presença dos atores subnacionais aumenta no plano internacional por meio de contatos formais e informais com entidades públicas e privadas, não somente as nacionais, mas de todo o mundo (ROSENAU, 1997). Em casos como o de Barcelona, no âmbito das Olimpíadas, houve algumas circunstâncias em que se pôde notar uma maior liberdade no sentido de que o município ultrapassou certos limites legais, nem sempre precisos, aos quais estava constitucionalmente vinculado.

Segundo a ótica construtivista, pode-se pensar que a busca por uma atuação mais assertiva no cenário internacional teve a ver com demandas objetivas e pode influenciar a percepção de mundo e os valores de agentes econômicos, culturais e dos atores políticos. A ação externa subnacional, sob a ótica funcionalista, foi concebida como uma necessidade política dos governos, das elites, dos grupos dirigentes, ou, de modo mais geral, da sociedade, dependendo de condições mais específicas.

As adaptações às mudanças das sociedades, dos mercados, da tecnologia e da cultura produziram o incentivo para beneficiar-se da globalização ou, ao menos, para se evitar as perdas pelo desprezo ao fenômeno. Isso dependeria, basicamente, das relações políticas, das inclinações, percepções e interesses dos governos e das forças partidárias e sociais, portanto não foi algo estrutural (KEATING, 2004).

Os aspectos internacionais como a interdependência, cada vez mais, precisam ser considerados nas políticas públicas dos países e das cidades em geral. Para Duchacek (1990), as adaptações dos Estados e de seus municípios na atuação política internacional partem principalmente da preocupação pelo *welfare*. Com o caso de Barcelona, houve um aumento da percepção de que as questões locais entrelaçavam-se com o mundo externo, atingindo parte da população e viabilizando tanto o suporte político como o social para as ações governamentais.

O estudo da atuação externa subnacional afirma a mudança do conceito tradicional de Estado-Nação e aponta atualmente para uma transformação positiva de qualidade nas práticas clássicas de cooperação internacional. Essa importante característica confere crescente complexidade às Relações Internacionais e implica a recomposição de termos e temas do debate teórico, assim como o surgimento de novos paradigmas (VIGEVANI, 2004).

2.3 A coordenação entre o poder local e o poder central na aplicação de políticas públicas

2.3.1 O poder central e o poder local na aplicação de políticas públicas

A literatura especializada aponta que as iniciativas no plano internacional atribuem *status* de ator internacional às unidades subnacionais. Contudo, em sua natureza, elas distinguem-se dos atores transnacionais, de natureza não estatal, cuja atuação no exterior transcende as fronteiras dos Estados. Sendo assim, a distinção tradicionalmente adotada entre atores estatais e não estatais não é suficiente para que se compreenda satisfatoriamente a atuação internacional de entes subnacionais.

Rosenau (1997) estabeleceu o conceito de ator *sovereignty-free*, que age internacionalmente de modo independente ao sistema de Estados, em oposição ao ator dependente, o *sovereignty-bound*. As unidades subnacionais não podem ser definidas como *sovereignty-free*, uma vez que são constituintes de um Estado nacional. Porém, ao mesmo tempo, não são *sovereignty-bound*, já que elaboram e executam ações políticas internacionais que, em muitos casos, independem das linhas gerais de política externa, determinadas pelo Estado soberano que compõem. Portanto, unidades subnacionais, como Barcelona, seriam atores mistos (HOCKING, 2004; PAQUIN, 2004).

Por sua vez, a categoria "relações transgovernamentais" implica circunstâncias de relacionamento entre diferentes estruturas de poder de um Estado nacional e representantes de estruturas semelhantes provenientes de outros Estados, assim como

entre organismos internacionais e atores não estatais (KEOHANE; NYE, 1977). Todavia, a categoria também acomoda padrões de relacionamento de natureza muito distintas destas. Trata-se, dessa forma, de uma categoria demasiadamente abrangente, resultando em uma contribuição de reduzido poder de argumentação e explicação.

Já a proposta de Thomas Risse-Kappen (1995), com uma tipologia da atuação transnacional, caracteriza o ator por seus objetivos, não mais por sua natureza. O autor identifica dois tipos de ator transnacional, nessa perspectiva: 1) os motivados por ganhos essencialmente econômicos, chamados "instrumentais", e 2) os que têm por fim a promoção de ideias e princípios. Trata-se, portanto, de uma importante contribuição para a concepção de uma definição de ator transnacional e para a defesa de um conceito definido pelos interesses deste ator, permitindo abrir caminhos para a formulação de uma tipologia que possa acomodar a inserção internacional subnacional sem ser demasiadamente restritiva ou abrangente.

Normalmente, a principal questão aplicada ao Estado nacional no debate acerca da cooperação descentralizada diz respeito ao seu protagonismo externo. Trata-se do direito de ser o único porta-voz de sua população no cenário internacional. No estudo das Relações Internacionais, no mundo westfaliano, o controle exclusivo no que tange a elaboração e execução da política externa para o território era percepção fundante. Trata-se de um princípio que norteia as correntes teóricas do *mainstream* da disciplina de Relações Internacionais. Se tal prerrogativa passa a ser questionada, o Estado é desafiado a incorporar-se ou combater esse novo processo de internacionalização (HOCKING, 1993; KINCAID, 1990; CORNAGO, 2004).

No caso da cooperação no âmbito das Olimpíadas, havia também uma política voltada a fazer da Espanha um país "central" na União Europeia, mas esta não foi tratada como prioritária pelos urbanistas catalães. Foi preciso um acompanhamento mais próximo da atuação de Barcelona com uma orientação a produzir ganhos não só localmente, mas centralmente, promovendo não só a capital da Catalunha, como também a Espanha. No caso, a ação externa subnacional não provocou necessariamente um movimento crítico do monopólio da política exterior pelo Estado nacional, como alguns autores poderiam

sugerir (OHMAE, 1995).

No que diz respeito ao federalismo e aos sistemas regionais, surgiram, no início dos anos 1990, os principais estudos da inserção internacional de unidades subnacionais e do seu significado para a relação entre o Estado e suas unidades constituintes (KINCAID, 1990; DUCHACEK, 1990; SOLDATOS, 1990; FRY, 1990). Naquele momento, em que eram organizados os Jogos Olímpicos de 1992, a questão central era concernente à desconfiança do Estado nacional diante desse tipo de atuação externa (KAISER, 2005).

O receio do poder central quanto à perda de eficiência na atuação internacional da nação, a fragmentação da política externa e, no limite, a fragmentação política do território, caso da Espanha, são frequentemente apontados pela expressiva maioria dos autores sobre relações entre os poderes local e central. Os formuladores de políticas centrais geralmente percebem ser necessário manter, dentro de limites restritos, o crescente envolvimento internacional dos Estados/províncias de sistemas federais. A coerência interna é considerada como uma das dimensões intangíveis do poder nacional (HOCKING, 1996).

Além dos limites constitucionais, os Estados sinalizaram um maior controle dos recursos humanos subnacionais. Nesse sentido, governos locais não possuiriam a experiência e o preparo, necessários para uma política externa competente. A bibliografia especializada aponta que as críticas do Estado nacional às ações internacionais de suas unidades giram em torno da percepção de que tais políticas, mesmo legalmente aceitas, representam um perigo à eficiência da política externa nacional. As políticas por parte de Barcelona, por exemplo, poderiam ser um risco à eficiência das políticas traçadas pelo *Ministerio de Asuntos Exteriores de España* - MAE, sob as ordens de Francisco Fernández Ordóñez (06.07.1985 a 02.06.1992) e de Javier Solana (24.06.1992 a 19.12.1995).

Não há um consenso quanto ao caráter conflitivo entre o poder central e o local ser efetivamente estrutural em um contexto de intensificação do envolvimento subnacional em questões internacionais. É importante ressaltar que a atuação internacional de Barcelona não implicou, necessariamente, a tensão da relação com o governo central. Como a maioria dos estudos pesquisados até o momento sobre o tema

poderiam supor, enxergou-se a possibilidade de cooperação e coordenação entre os níveis local e central. Os estudiosos mais otimistas argumentam que os cenários de tensão são conjunturais e até anunciam o início de uma novíssima ordem mundial (LESSA, 2002; HOCKING, 1996).

Duchacek (1990) proporciona um quadro abrangente das possíveis consequências da atuação internacional subnacional. Para o autor, quatro cenários seriam possíveis: a fragmentação de políticas e atores rumo à secessão do território; a centralização da política externa; uma política externa coordenada e combinada; ou a alteração de padrões de relacionamento entre Estado e unidades subnacionais, que seria a consequência mais provável da intensificação da atuação internacional subnacional para o mundo democrático. Os dois últimos cenários propostos podem ser mais adequados na análise de Barcelona, uma vez que houve a alteração na relação entre Estado nacional e a cidade e uma política coordenada e combinada em prol de interesses de promoção e cooperação internacional.

Soldatos (1990) trata com intensidade dos resultados mais frequentes do investimento local em iniciativas internacionais. O autor indica tendências muito próximas aos dois últimos cenários descritos por Duchacek, e, sem abdicar da possibilidade de conflito, define a paradiplomacia como uma oportunidade de racionalização política. Para ele, o governo subnacional que procura inserir-se internacionalmente, se compreendido e até mesmo acolhido pelo Estado, pode complementar o papel exercido pelo poder central sem maiores empecilhos.

No estudo de caso, percebe-se que as ações externas de Barcelona foram coordenadas, e até mesmo monitoradas, tornando-se, em grande medida, complementares às políticas estatais para a esfera internacional. Neste mesmo sentido, Soldatos argumenta com veemência que a inserção internacional subnacional é importante se vista como recurso utilizado, basicamente, para atender interesses associados às *low politics* – temas que não atingem questões sensíveis sob a ótica da segurança nacional e não interferem na estratégia internacional do governo central.

John Kincaid (1990), importante referência para a investigação da atuação externa

de entidades subnacionais, afirma que raramente a inserção internacional de unidades subnacionais – denominada por ele como *constituent diplomacy* – ameaça concretamente a existência de uma democracia federativa. Mas, segundo ele, a busca por independência total do poder central, por meio desse tipo de atuação, pode ocorrer em regiões em que há nações dentro de uma nação e que já possuem relações conflituosas estabelecidas no interior do sistema federativo. Em geral, no entanto, não há comprovação empírica da percepção do poder central de que essa inserção seria um risco ao Estado nacional ou ao federalismo.

Vigevani (2004) acrescenta uma observação importante: unidades subnacionais buscam o exterior por razões, sobretudo, pragmáticas. Segundo o teórico, nesses casos, prevalecem estratégias de *stop and go* – quando há ativismo em temas como convênios tecnológicos, cooperação técnica, empréstimos, turismo, investimentos, porém nunca ocorre uma ação em torno de qualquer outro assunto não ligado às questões locais.

No início dos anos 90, Soldatos antecipou uma questão central: como desenvolver mecanismos institucionais e canais de diálogo que fomentassem a coordenação política e a cooperação entre os níveis de governo local e central? A literatura especializada afirma que, uma vez que a experiência, como a dos Jogos Olímpicos de Barcelona, permite ao Estado nacional superar o receio diante da atuação internacional de unidades subnacionais, é necessário que esse possa alternar dinâmicas cooperativas e competitivas de relacionamento com suas unidades, dependendo do contexto, dos temas e das estratégias escolhidas.

O desenvolvimento, liderado pelo poder central, de uma nova institucionalidade para acomodar o diálogo entre as partes por si só já pode representar o reconhecimento e legitimação da inserção internacional subnacional (MINGUS, 2003; CORNAGO, 2010). Tal atitude expressaria, portanto, a possibilidade de coexistência e de complementaridade das atuações internacionais do governo central e do governo local.

A inserção internacional subnacional, em vez de dificultar o diálogo, representa uma oportunidade de cooperação entre os níveis local e central. Assim, a percepção negativa do Estado nacional em relação às atividades de suas unidades constituintes no

exterior pode diluir-se por não ter mais subsídios reais para sua manutenção. Ademais, os governos subnacionais, na organização de megaeventos e na aplicação de políticas públicas ligadas a essa organização, buscam relacionar-se com seus inúmeros parceiros, em alguns casos mesmo com outros governos centrais, nos processos de integração regional ou internacional, devido, sobretudo, às suas necessidades práticas.

A atuação dos governos subnacionais – ou "Paradiplomacia" – é vista na literatura de Relações Internacionais com caráter predominantemente cooperativo e complementar, conforme nota-se com os estudos do caso de Barcelona. Inicialmente, os governos centrais tendem a ver com desaprovação a presença e atuação internacional das unidades subnacionais, mas existe, em grande medida, a chamada interação cooperativa e complementar à política externa estatal. Contudo, há tensões, embates e conflitos nessa relação entre os poderes.

Na prática, tal coordenação não é simples de se estabelecer. Quanto a isso, infelizmente, há poucos estudos analíticos, principalmente no que diz respeito aos pontos de tensão entre o poder local e o poder central (COSTA, 2013). A dimensão do conflito é importante para a análise da relação entre Barcelona e a Espanha, apesar de que, para este estudo de caso, a interação e coordenação na aplicação de políticas públicas permanecem com resultados positivos, no que tange a cooperação e a complementação da política externa federal.

A partir dos Jogos Olímpicos de 1992 e até mesmo antes da nomeação à sede do evento, os negociadores internacionais e os gestores políticos espanhóis, em grande parte, cederam cada vez mais espaço aos catalães, observando que as autoridades subnacionais, principalmente da cidade de Barcelona, eram plenamente capazes para o estabelecimento de importantes compromissos acordados em âmbito nacional nas esferas multilaterais governamentais.

Segundo Monica Salomón (2012), o tratamento das cidades, estados e regiões como agentes/atores políticos tem se apresentado com frequência nas Relações Internacionais. Mas é preciso ressaltar que, conforme o viés de análise de política externa, no que concerne a atuação de entes subnacionais, a unidade de análise reside no

governo e não na cidade em si, que se trata do espaço, em que os atores planejam e implementam políticas. Assim, como argumenta Salomón, "o governo subnacional é o agente da política externa da cidade ou região. De fato, ele é o único agente que pode atuar legitimamente em nome da cidade ou da região como um todo." (SALOMÓN, 2012). Deve-se levar em conta, com este *policy paper*, que falar em atuação da cidade é considerar a ação de seus agentes políticos.

Os atores subnacionais devem ser considerados pela ação externa de governos nacionais, no entanto, deve-se evitar a sobrevalorização da influência dos atores subnacionais em uma arena propriamente transnacional. Trata-se de atores importantes atualmente para a análise da atividade externa dos governos subnacionais e da sua influência sobre a ação externa federal (ONUKI; OLIVEIRA, 2007; SARAIVA, 2004; VIGEVANI, 2006).

As atividades internacionais empreendidas no âmbito subnacional se concentram, geralmente, em temas considerados de "baixa política", ou "low politics" (SALOMÓN, 2012; VIGEVANI, 2006) e vem daí os principais fatores para o caráter cooperativo da relação entre as esferas de poder. Além disso, vale lembrar que no campo do federalismo e política externa há também aqueles autores que enxergam os atores subnacionais como uma continuidade da política externa federal, na qual não há o reconhecimento de que essas unidades configuram uma dimensão à parte da política externa, com uma agenda internacional própria.

No entanto, como bem destacou Cássia Costa, em sua dissertação de mestrado, poucos trabalhos estudam a relação de tensão entre os governos nacionais e subnacionais quanto aos possíveis elementos de conflito, especialmente quando há competição entre esses atores (COSTA, 2013). O que houve na Espanha pré-Olímpica foi que se permitiu a presença de Barcelona, por meio de pronunciamentos oficiais e a criação de estruturas na administração espanhola para lidar com os agentes catalães.

Por outro lado, pouco se sabe de como se deu o início da relação estabelecida entre os atores nacionais e subnacionais, a partir da nomeação de Barcelona como cidade-sede dos Jogos Olímpicos, com suas tensões, embates políticos, disputas,

barganhas, desalinhamento de política externa, entre outros conflitos.

A paradiplomacia na Espanha teve início em um contexto de forte oposição por parte do governo federal, que chegou, inclusive, a proibir essa atividade durante o período militar (FILHO, 2011). No entanto, como afirma Cássia Costa, ao longo dos anos, houve um processo de assimilação das atividades internacionais dos entes subnacionais pelo governo federal. Houve, inclusive, a criação de estruturas institucionais específicas para essa relação, tais como a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), no Ministério das Relações Exteriores, e a Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), na Presidência da República, ambas criadas em 2003 (COSTA, 2013).

A tensão presente nas relações entre as duas esferas de governo, contudo, deve permanecer como objeto de análise, uma vez, em democracias federalistas, como a Espanha, são comuns a competição, o conflito e a cooperação, não devendo a política externa ser excluída dessa dinâmica (KINCAID, 1990; MATSUMOTO, 2011). Houve em Barcelona (embora os poucos estudos retratem com o mínimo de detalhes e o máximo de parcimônia), oposição e disputa na prática paradiplomática, em temas mais diversos do que o esperado.

A atuação dos entes subnacionais ganhou muita força, aceleração, dinamismo, e moldou a nova arquitetura internacional no plano das RI com diversificação dos seus sujeitos, no contexto internacional pós-Guerra Fria, à época de preparação aos Jogos Olímpicos de 92. Apesar da insuficiência das teorias clássicas de RI na explicação da nova complexidade, alguns trabalhos, principalmente de cunho liberal-institucionalista, tecem análises, que buscam compreender como tais entes subnacionais se organizam para rechaçar, contestar, demandar ou produzir alternativas aos processos e às políticas globais promovidas pelo Estado (CASTELLS, 2008; PATTBERG, 2006; ROSENAU, 2007).

Muito do que diz respeito à gênese do ator subnacional está nos estudos das redes transnacionais, nas quais a cidade de Barcelona é referência obrigatória, tendo protagonismo em diversos âmbitos. Trata-se de arenas transnacionais, fora dos limites do Estado, em que se discutem políticas e por onde transitam os entes subnacionais.

Como a autoridade nacional passa a ver esse livre painel de discussão e debates e como o papel do Estado deve ser repensado no sistema internacional contemporâneo são objetos de pesquisa que têm gerado muitas e importantes contribuições às Relações Internacionais, principalmente se pautadas pela análise da relação entre federalismo e política externa, redirecionando o foco de análise para o nível das unidades subnacionais, o qual passa a ser percebido como variável dependente a ser explicada pelos modelos (ONUKI; OLIVEIRA, 2007, RISSE-KAPPEN, 1995).

No estudo do envolvimento internacional dos governos subnacionais, a dimensão econômica tem conquistado protagonismo, uma vez que processos internos de descentralização, burocratização e endividamento público são consequências da globalização, que estão cada vez mais em evidência. No caso de Barcelona, o governo local buscou a intensificação da atuação externa, no âmbito de preparação aos Jogos Olímpicos, para soluções específicas de sua agenda política. Claramente, o início dessa busca teve seus percalços e gerou tensão na relação com o governo nacional e suas unidades constituintes.

O fato é que, neste tipo de paradiplomacia, sobretudo financeira, houve o ingresso em grande intensidade de um ente subnacional na operacionalização das relações econômicas no plano internacional. Destacam-se dois pontos de tensão analisados e caracterizados pelo estudo da "paradiplomacia financeira": a atração de Investimento Externo Direto (IED) e, em consequência, a dimensão de "cidade global", conquistada por Barcelona em decorrência da realização das Olimpíadas.

A atração de investimento externo direto (IED), por parte de Barcelona, juntamente à sua marcante estratégia de *marketing*, esteve em pauta durante todo o processo e predominou na ação internacional subnacional (MATSUMOTO, 2011; SARAIVA, 2004; VIGEVANI, 2006). Contudo, condicionantes ligados ao IED, como aeroportos, telecomunicações, estradas, são elementos constantes de disputa entre os governos locais e governos centrais.

No caso, pela importância do megaevento para o país e para a capital catalã, tudo isso foi atenuado e a competição por maiores vantagens e menores custos foi, de certa

forma, pausada pelos anseios comuns de êxito com os Jogos Olímpicos, mesmo que nem todas as atividades tenham sido realizadas em alinhamento total com o governo central.

Evitaram-se, por parte dos gestores catalães, embates políticos e econômicos com o poder central, e vice-versa, no tocante aos novos e volumosos investimentos internacionais para empreendimentos na Catalunha, principalmente com favorecimentos fiscais não acordados com a Federação (VIGEVANI, 2006) e com o incremento das estruturas internas de atração de investimentos.

Quanto à dimensão de "cidade global", a ação internacional subnacional, no caso, obteve oportunidades ímpares de exportação de imagem da cidade, seus produtos e serviços, principalmente com a promoção comercial e missões empresariais que buscavam a atração de investimentos estrangeiros. É importante ressaltar, contudo, que as ações passaram também rapidamente aos âmbitos políticos, culturais, ambientais e sociais.

Barcelona é hoje uma cidade global, dentro do capitalismo competitivo, porque soube angariar e sabe promover sua mão-de-obra qualificada, avanços tecnológicos e facilidades ao empreendedorismo (MATSUMOTO, 2011; SASSEN, 2000). Sem que a Espanha tivesse total controle sobre Barcelona, a cidade soube também considerar a cooperação profícua com o governo central e as linhas gerais de política externa federal.

As poucas tensões na relação entre os governos da Catalunha e da Espanha surgiram em pontos específicos de discussão nas tomadas de decisão mais importantes, principalmente no tocante à busca do maior papel político da elite *barceloneta*, com seus representantes urbanistas na liderança, tanto no âmbito doméstico como na arena internacional, e também no que tangia as limitações jurídicas, inexperiências técnicas pontuais, composição partidária das lideranças nas diferentes dimensões de poder e problemas gerais e elementares de coordenação vertical para a realização do megaevento olímpico.

Finalmente, como bem destacou Ricardo Silveira Ribeiro, no âmbito de preparação dos Jogos Olímpicos, os atores governamentais apresentam-se diante de várias situações estratégicas, em que as decisões de um ente podem afetar as recompensas do outro.

Essas interações, na maioria das vezes, originam mais oportunidades de cooperação, promovendo o sucesso do planejamento e realização dos megaeventos. Também no caso do Brasil, o êxito dependerá da capacidade de coordenação entre os governos, como ocorreu em Barcelona.

A capacidade de coordenação entre poderes pode ser aumentada substancialmente por meio de um terceiro governo que tem o papel de facilitar as comunicações recíprocas e orientar as ações entre os poderes. Para o especialista, com base na teoria dos jogos com comunicação, o terceiro governo é o mediador, no caso, a Autoridade Pública Olímpica, que tem potencial de aperfeiçoar a cooperação e obter resultados superiores às do equilíbrio na sua ausência (RIBEIRO, 2013).

2.3.2 Os Jogos Olímpicos e a Cooperação Descentralizada: Resultados Positivos e Negativos para Barcelona

Segundo a Organização Mundial de Turismo, Barcelona foi, em grande medida, a responsável por colocar a Espanha dentre os países que recebem mais turistas ao ano. Barcelona, à época da nomeação para sediar os Jogos Olímpicos, já era centro arquitetônico e artístico ímpar. A cidade possuía tudo para ser consumida como um grande parque temático da cultura. Por outro lado, as muitas intervenções urbanas, do tradicional *Plan Cerdá*, anterior à nomeação de Barcelona, e o "Planejamento Estratégico", que teve aí o seu berço de formulação teórica e prática, a tornaram uma referência obrigatória e definitiva para urbanistas e arquitetos (AUDOUIN, 2007).

A internacionalização das estruturas e segmentos da economia, da cultura, da informação, da educação e da comunicação ganhava bastante espaço no mundo, quando a cidade de Barcelona passou a atuar com uma estratégia de *marketing* internacional sem precedentes e com elevada participação da sociedade civil catalã. No sistema internacional, a principal vantagem dos governos locais em relação aos governos nacionais é essa proximidade com o cidadão, flexibilizando a cooperação e maximizando a adaptação ao processo de inserção. Além disso, agrega-se, dessa maneira, poder de

manobra com relação à população, incrementando o "imaginário urbano" (FRANCE; ROCHE, 1998).

Nessa perspectiva, houve um foco maior, por parte dos gestores públicos e da indústria cultural, em ordem progressiva, no turismo, na mídia televisiva e no patrocínio da organização dos Jogos Olímpicos. A estratégia foi fundamentada na necessidade de atuações de longo prazo, entre elas a construção e a reforma de obras de infraestrutura, e no importante envolvimento da sociedade civil, visto como obrigatório e fundamental, para a compreensão das finalidades das obras. Dessa forma, tentou-se, junto aos estudados de casos de sucesso na Europa, evitar conflitos urbanos e gerou-se forte sentimento de cidadania e de pertencimento à cidade restaurada para aquela geração e também para as gerações vindouras (CASHMAN, 2002).

Os Jogos Olímpicos de Barcelona também resultaram no reconhecimento da cidade como um lugar importante nos cenários regional e mundial. A campanha de *marketing* de grandes proporções maximizou o evento e alargou a sua permanência no tempo. Barcelona queria continuar a promover-se para atrair cada vez mais os turistas e colocar em evidência seus planos diretório e estratégico e seus projetos inovadores de gestão, que se sobrepuseram aos próprios Jogos Olímpicos, com maciça cooperação internacional, sobretudo de consultoria técnica.

A permanência no tempo de tal estratégia foi um êxito do poder público e de sua grande articulação com os setores privados e com a sociedade civil organizada. Depois disso, Barcelona passou a ser referência mundial e a administração municipal, no nome do prefeito Pasqual Maragall, obteve legitimidade suficiente para liderar processos alternativos para a criação de redes e organismos, priorizando o tema da cidade e do urbano no contexto internacional. Além disso, a cidade transformou-se em ator político nas Relações Internacionais e passou a buscar, para as cidades europeias, políticas de apoio ao desenvolvimento local, concentrando-se nos principais problemas sociais e funcionais: a mobilidade, a pobreza, o desemprego, a segurança e a marginalização.

É importante ressaltar que Barcelona hoje é fundamental para o movimento municipalista mundial por meio de uma visão mais institucional e democrática. Seu

protagonismo é, sobretudo, devido à capacidade de ter aliados de diversas cores políticas (partidos de centro, democratas cristãos, liberais, de extrema esquerda e de esquerda) e de representar a todas as cidades nos organismos internacionais, fazendo-as acreditar nas unidades subnacionais como interlocutores nas Relações Internacionais.

Esse protagonismo no movimento municipalista possui aspectos positivos e negativos. Embora Barcelona seja conhecida mundialmente por sua imponente estratégia de *marketing*, por ser referência da arquitetura e de desenho urbanístico, e por ter grande capacidade para atrair turistas, investidores, eventos internacionais de caráter cultural, artístico e esportivo; isso exige muito da cidade, uma vez que não há um campo de atuação delimitado e, em alguns casos, mostram-se projetos vazios de conteúdo e profundidade, que não correspondem à realidade, como os projetos de participação cidadã vendidos ao exterior até hoje.

Barcelona fez três grandes eventos em sua história, uma exposição universal em 1929 e outra em 1988, além dos Jogos Olímpicos de 1992. As exposições tiveram a intenção de contar um pouco a história do país e preservar o patrimônio, já os Jogos Olímpicos, em plena época de debate acerca do patrimônio, não deu a devida importância ao tema. Houve, por exemplo, a aniquilação de um bairro industrial, com quase 200 famílias, na orla e ali há hoje um bairro (*Nova Icaria*), com um grande shopping e a vila olímpica de classe média alta. Ademais, nos períodos de planejamento, extensão e execução das obras para os Jogos Olímpicos, houve alguns conflitos urbanos concernentes ao custo financeiro e humano de obras intrusivas na vida da população local para um evento de poucos dias, bem como à agenda de longo prazo com um período de preparação de quase seis anos, mobilizando a atenção e o trabalho de inúmeras equipes envolvidas na preparação da cidade (ARANTES, 2012; HILLER, 2003).

No entanto, Barcelona soube descentralizar os Jogos Olímpicos e levar algumas benfeitorias até a periferia da cidade, com importantes efeitos culturais e sociais. O planejamento apresentado para a realização do evento contou com muitos cálculos baseados em uma perspectiva puramente econômica. Contudo, também foi dada importância aos efeitos culturais e sociais, muitas vezes em detrimento dos impactos

físicos e financeiros. Soube-se vislumbrar os impactos dessa edição não somente pelos efeitos de curto prazo, mas também pelos de longo prazo. Foram estabelecidos também planos para monitorar a sua sustentabilidade para o legado às futuras gerações.

A partir desses pontos que definem a estratégia internacional de Barcelona, podem-se observar também debilidades em sua administração. Com os Jogos Olímpicos, a cooperação internacional atuou muito mais na esfera técnica e de exportação do modelo, principalmente na América Latina, que em um intercâmbio real. Houve também suntuosas apostas financeiras nas cidades com as quais foram estabelecidos projetos de cooperação. Barcelona obteve um papel de doadora técnica em detrimento da interlocução de cooperação internacional em todas as suas dimensões (MARX, 2006).

Em geral, os Jogos Olímpicos de Barcelona tiveram um impacto positivo no exterior e na política da cidade em relação aos seus cidadãos, significando que as Relações Internacionais tiveram forte impacto nas relações internas da cidade. O papel internacional de influência de Barcelona, como ator político e econômico, tem sido hoje uma combinação de três coisas: diversas experiências internacionais, bom uso das vantagens comparativas e condições objetivas. Ainda que sua posição não seja permanente, Barcelona busca, com seu protagonismo, tornar-se também sujeito político, envolvendo-se com cada vez mais intensidade nas redes e nos organismos internacionais.

2.4 O Planejamento Estratégico do Modelo Barcelona e a Gentrificação

2.4.1. O "Planejamento Estratégico" do Modelo Barcelona

Hoje a maioria dos megaeventos são fracassos de público, mesmo com todas as suas atrações e com as vantagens econômicas e geopolíticas que podem gerar. Nesse contexto, o sucesso das Olimpíadas em Barcelona parece fornecer a receita de uma fórmula mágica de se "fazer" cidades com grande ênfase na cooperação internacional. O que era uma nova "cidade ocasional" (INDOVINA, 1996) passou a ser modelo a ser seguido pelas próximas sedes dos Jogos, com *marketing* agressivo para sua promoção.

Um dos principais elementos do chamado "Planejamento Estratégico" foi o consenso público que permitiu o "salto adiante, tanto do ponto de vista físico como econômico, social e cultural" (BORJA; CASTELLS, 2004). Tratava-se de um plano para gerar respostas competitivas aos desafios da globalização.

A origem do "Planejamento Estratégico" está nas cidades-empresas americanas dos anos 70, na classificação de Peter Hall em *Cidades do Amanhã* (1995), que eram máquinas de produzir riquezas. Nelas, o planejador foi-se confundindo, cada vez mais, com o seu tradicional adversário, o empreendedor (*manager*), e a revitalização urbana e as consequentes "parcerias" entre setor público e iniciativa privada alavancavam investimentos privados com fundos públicos, segundo a descrição de Peter Hall.

David Harvey (1992) argumenta que casos como o de Barcelona foram fenômenos indissociáveis da condição pós-moderna. Ele adota o argumento da periodização do "espetáculo urbano" planejado e afirma que a substituição pós-moderna do espetáculo surgiu como forma de resistência ou de festa popular revolucionária pelo espetáculo e pelas parcerias público-privadas, inclusive as internacionais, como forma de controle social. A sociedade teria, assim, prazer participativo transitório e de exibição em todo o processo de planejamento e realização do evento.

Contudo, muito do que se vê após um evento de grande magnitude é o impacto abaixo do esperado sobre a pobreza e demais déficits sociais. O "acentuado localismo" das máquinas urbanas de crescimento e o redirecionamento dos Estados Nacionais, socialmente esvaziados e deslegitimados, são reforçados pelos objetivos de "aumentar rendas agregadas" por meio do "orgulho cívico" dos habitantes e o "patriotismo de massas" (BORJA; CASTELLS, 2004).

A diferença, no estudo de Barcelona, é que onde os teóricos (apologistas ou críticos) da cidade-empresa viam, sobretudo nos anos 80 e 90, uma convergência rentável, os estrategistas catalães pretendiam que fosse uma articulação concertada, e, portanto, capaz de induzir uma nova onda de civilidade e responsabilidade para com a sociedade. Na verdade, a máquina urbana de crescimento nada mais foi do que uma máquina ideológica acionada pelos que administraram tanto a construção física quanto a

ideacional dos recursos capazes de impulsionar o desenvolvimento dentro e por meio dos "lugares" da cidade, apropriadamente denominados *urban imagineers* (ARANTES, 2012).

É importante situar o papel relevante do arquiteto-urbanista: que reúne o *manager* (planejador-empreendedor identificado por Peter Hall) e o "intermediário cultural" – como parte da classe fornecedora de bens e serviços simbólicos, reveladores do atual culturalismo de mercado. A partir desse papel, praticou-se um tipo de planejamento estratégico, tido como eufemismo para gentrificação. Houve apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural e, de certa forma, a reabilitação de algumas áreas por operações concertadas.

Montaner (2002) denunciou limitações que culminaram na adoção do planejamento estratégico, caracterizado também por novas estratégias mais *hard* e visão de cidade em que os valores cívicos pelo menos não entrassem em conflito com os interesses e a velocidade dos negócios nacionais e internacionais. Tratava-se também de um espírito dominante para esquecer o passado ou talvez fosse uma reconciliação nacional do "esquerdista" Maragall (pela necessidade de compreender o "outro lado"), que estava associado à figura de Juan Saramanch, franquista e presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), portanto, com forte ascendência sobre as decisões a serem tomadas em diversos âmbitos no que dizia respeito à organização do megaevento.

Sob a influência internacional, Barcelona ampliou o seu *Plan Cap 92* para "Plano estratégico de Barcelona 2000". A cidade estabeleceu uma meta clara, que, evidentemente, não se esgotou no evento de 1992 e que disse respeito ao que se pretendia alcançar para a cidade como um todo, na região e na Europa. Em suma, era primordial definir o lugar de Barcelona como metrópole europeia, fazendo-a competitiva internacionalmente e cumpridora do seu nicho estratégico (NEL-LO, 1990).

Apesar dos aspectos negativos sempre estarem minimizados, a eficiência do modelo de gerenciamento urbano transformaria Barcelona na referência internacional mais citada. Foram geradas empresas de assessoramento a prefeituras do mundo todo por parte dos técnicos envolvidos no plano de Barcelona 92, que se encarregam atualmente de vendê-lo às cidades que buscam competir com as demais por um lugar na

malha das cidades globais, desde que seja aplicada a boa fórmula de convergência entre os interesses do poder local, das empresas e da sociedade civil.

Barcelona passou a ser uma verdadeira *world class city*, que caracteriza a cidade-empresa-cultural. O grupo gestor de urbanistas-arquitetos fez com que as grandes corporações multinacionais agissem em massa, tratando de persuadir o povo de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são as cidades cuja configuração é propícia à valorização patrimonial. Para entrar no universo dos negócios, a cultura passou a ser a chave da "sofisticação" de Barcelona e de manipulação do povo.

2.4.1.1. A Cultura e a Opinião Pública

Muitos cidadãos apreciavam o trabalho dos gestores de política externa e dos grupos de urbanistas ao longo de duas décadas por se sentirem representados e por perceberem o esforço para que Barcelona fosse uma cidade à frente das outras: uma cidade líder internacionalmente e vanguardista, entre as cidades globais. Muitas vezes, a população mostrou-se disposta a apoiar ou até mesmo participar de atividades de regeneração urbana. Tais atitudes, realizadas por diversos atores públicos e privados, costumam propiciar consequências importantes sobre a maneira como os grupos de interesse operam cotidianamente.

A opinião pública é uma restrição ou um impulso à atuação dos grupos de interesse e uma poderosa força que tenta aproveitar seus esforços de *lobby*. Há pouco sentido em fazer *lobby* em favor de políticas que não serão apoiadas (THOMAS, 2004). Em Barcelona, quando houve opinião pública negativa, os líderes dos urbanistas reagiram, fazendo escolhas particulares sobre as estratégias, mas também tentaram apresentar, para a opinião pública, uma forma alternativa de ação mais atraente e vantajosa, diretamente baseada na cultura.

Essa abordagem cultural de cidade, empregada pelos grupos de arquitetos que, por meio de diferentes gerações, modelaram a cidade como um todo, com grande influência sobre o governo, também foi fruto de um "triângulo virtuoso": um

acontecimento gerou desenvolvimento urbano, que, por sua vez, impulsionou o crescimento econômico, que induziu à organização de novos acontecimentos. Os vértices desse triângulo, fortalecidos pela cooperação internacional, nesse caso, foram a cidade, o comércio e a cultura, como explica Luis Fernández-Galiano (2004).

Os Jogos Olímpicos de 92 serviram como pretexto para que a cidade se transformasse na "cidade dos arquitetos", trazidos à cena especialmente após a posse do primeiro prefeito eleito, Narcís Serra, que os colocou em postos importantes na administração da cidade, e, posteriormente, de forma mais efetiva, por Maragall, já então com vista às Olimpíadas. Os ecos repercutidos trataram de exportar a fórmula para o resto do mundo, por meio de consultorias, como a *TUBSA - tecnologies urbanas barcelona S.A*.

O tópico essencial desse tipo de receituário é sempre um grande evento-âncora, tanto para os investidores, quanto para a população local, que, movida por uma autoestima induzida, seria tomada de um entusiasmo "patriótico" pela cidade, capaz de criar um "consenso" favorável a transformações por vezes bastante radicais e que, possivelmente, em outras circunstâncias, teriam sido vistas como lesivas, ao menos por uma parte considerável de seus habitantes.

A iniciativa à época coincidia com o esforço conjunto da Espanha, frente à recém-criada União Europeia, o que acabou ocorrendo depois da adoção de uma política branda de concertação, da primeira fase, pós-Franco, seguida de outra mais *hard*, na tentativa de anulação das áreas de conflitos nacionais mais acirrados (caso da Catalunha) e de aplicação de uma economia ortodoxa e restritiva (FIORI, 2011).

Após as Olimpíadas, algumas obras permaneceram até pelo menos o final da década. As dívidas da prefeitura só se acumularam e nenhuma renovação retomou o sucesso de outrora. Os vários edifícios milionários estiveram e estão a ponto de se converterem em carcaças. Em regiões de maiores equipamentos, o novo urbanismo representou para os moradores, obviamente, serem expulsos de suas moradias e possivelmente da região.

Infelizmente, não foram poupados argumentos para mover populações inteiras e atrair promotores imobiliários que até então relutavam em olhar para áreas degradadas da cidade. As iniciativas convergiram na mesma estratégia de expandir a cidade concernida para além das "fronteiras", ou de arredá-la, num processo a que Neil Smith chamou de "gentrificação generalizada" (1996). Abriu-se a capital da Catalunha para o mar e iniciou-se uma expansão ao leste, para além da região esvaziada das velhas indústrias, numa área de difícil aproveitamento e bairros sensíveis.

Dessa forma, houve uma verdadeira regeneração urbana, como modo de converter bairros degradados em áreas de novas centralidades. Em outras palavras, um acontecimento inventado para justificar a transformação levou consigo revalorizações imobiliárias e especulação a uma parte inteira da cidade (CIANCHETTA, 2004). Os responsáveis pelo primeiro relativo "sucesso" dizem que houve a criação de um novo modelo. Para eles, as providências anteriores teriam tido como objetivo apenas suprir as necessidades específicas e adaptar-se às demandas locais de Barcelona, sem pretensão de seguir ou estabelecer regras gerais.

2.4.1.2 As intervenções urbanísticas no planejamento estratégico de Barcelona

Montaner e Muxi (2002) fizeram uma periodização de todo o processo de intervenções urbanas em Barcelona: um primeiro momento foi de intervenções modestas, sob o comando do arquiteto Oriol Bohigas, além dos urbanistas Borja e Castells; o outro, de retomada do planejamento, sobretudo com Busquets (na prefeitura de 83 a 89), inicialmente no Serviço de Planejamento Urbano e, depois substituindo Bohigas.

A etapa inicial de regeneração da "cidadania", por meio da multiplicação de espaços públicos, demandou uma multiplicação de iniciativas complementares, que obedeceram a um plano que atendeu tanto às novas necessidades criadas pela Olimpíada que se aproximava, quanto às da própria cidade. Tais alterações levaram ao abandono progressivo de certas virtudes, como a preocupação de ouvir e debater com a população, além de criar verdadeiros centros cívicos.

Ademais, a urgência para obedecer às exigências impostas pelo Comitê Olímpico Internacional e para fazer a cidade não apenas um grande centro esportivo, mas também um lugar mais atraente aos investidores internacionais e turistas, obrigou-os a mudar, na mesma escala, o diálogo urbano, passando a negociarem diretamente com os grandes operadores nacionais e internacionais.

Levou-se em consideração a maior porosidade das áreas adensadas e promoveram-se intervenções pontuais e críticas à ideologia da planificação vigente nos anos 80. Era hora de uma *reconstrução pactuada,* mas suave, das intervenções ditas "modestas" - inclusive pela escassez de recursos -, e da retomada, também no plano simbólico, da reconciliação, por meio da multiplicação dos espaços públicos (MORENO; MONTALBAN, 1991).

No entanto, muitos "lugares" foram criados artificialmente, muito mais sob protestos do que resultado dos acordos democráticos tão propalados. Tratava-se da "ideologia do lugar público" com base real na existência em Barcelona de praças e *ramblas* assiduamente frequentadas pela população, que fazia delas lugares de passeio e convívio. Houve uma multiplicação dos espaços de vida pública.

O que mais caracterizou o início das grandes intervenções foram a abertura para o mar e a urbanização da região do Porto Velho, inicialmente com o *Moll de la Fusta*. Outras obras contundentes de intervenção urbana foram os *waterfronts* – influências diretas da crescente cooperação internacional de técnicas urbanísticas e com assessoria do próprio prefeito de Baltimore que inventou a fórmula, James Rouse, e de sua empresa, com quem os catalães mantinham intercâmbio desde a gestão de urbanistas e arquitetos liderados por Bohigas.

Em áreas extraurbanas, ou fronteiras da cidade, a primeira dificuldade foi fazer delas um espaço público, aberto a toda população e suficientemente integrado à cidade viva, numa palavra, acessível, sob pena de se transformar em refúgio de poucos, ou em guetos, por vezes perigosos, e novamente sujeitos à deterioração e ao abandono. Segundo Otília Arantes (2012), tudo isto ocorreu com o *Moll de la Fusta*, suplantado imediatamente pelo *Moll de Espanha*, de Barceloneta e da Vila Olímpica.

Não estavam previstos, portanto, grandes *shoppings*, restaurantes e hotéis de luxo - que dominariam o resto da orla posteriormente urbanizada, quando então a privatização dos espaços se deu maciçamente. No entanto, ao longo dos seis anos em que foi construído, o projeto original, tal como foi discutido com a população, acabou cedendo às imposições momentâneas, sofrendo alterações com o intuito de ser transformado em algo "emblemático" para a cidade durante as Olimpíadas e, como tal, a chegada progressiva dos restaurantes de luxo, em lugar dos populares "chiringuitos".

Quanto ao *Moll de la Fusta*, apesar dos altos custos e dos protestos sucessivos na imprensa a respeito, conseguiu contudo, de imediato, um consenso favorável da população, mas não tanto das autoridades que dominavam o porto e que mesmo depois de reurbanizado continuavam a exercer seu poder, inclusive de vigilância. Enfim, uma área em princípio destinada ao lazer e à sociabilidade, logo foi transformada em ameaçadora e altamente policiada: um grave erro urbanístico.

Nas etapas subsequentes, nos demais trechos da orla, o que se viu foi a descaracterização, a espetacularização, a privatização total dos espaços, já então compassados com o novo receituário internacional. Os grandes centros de consumo e negócios do *Moll de La Fusta* não só correspondiam a uma transformação comandada pelos interesses econômicos e privados como ofereciam todo tipo de serviço para os mais diferentes gostos e exigências de consumo, levando definitivamente à falência aquela primeira experiência, ainda justificada pelo discurso da "cidadania". Rompendo os limites estipulados em frente à Cidade Olímpica, as intervenções serviam também de portal, sob a responsabilidade da VOSA (Vila Olímpica S.A.).

É importante colocar o papel político dos grupos de interesse envolvidos nas intervenções em perspectiva. Ao contrário dos partidos políticos, que se originam e existem principalmente para fins políticos, como Mancur Olson (1965) apontou, no caso de Barcelona, o grupo de urbanistas foi articulado e desenvolvido a partir de interesses individuais, econômicos e, em parte, socialmente comuns. Não havia grandes pretensões políticas no início das obras, o que foi revertido.

Grande parte das atividades do grupo foi apolítica no começo do processo. No entanto, como a literatura especializada afirma, muitos grupos de interesse não políticos são obrigados a tornar-se politicamente ativos, porque não há outra maneira de proteger ou promover os interesses de seus membros. Em Barcelona, não foi diferente. O envolvimento com o governo aumentou na economia e na sociedade, e o grupo ingressou, de certa maneira, na arena política, para se proteger da regulamentação do governo e garantir um pedaço dos ganhos do governo com as Olimpíadas, além de promover novas tendências e valores arquitetônicos e urbanísticos.

Como destacou Clive Thomas (2007), os grupos de interesse são um veículo importante para a participação política. Quando se tornou politicamente ativo, o grupo inicial passou a influenciar o processo político, particularmente no que diz respeito às políticas públicas em seu favor. Além de promover os interesses políticos de seus membros, os urbanistas catalães executavam várias funções sociais importantes ao governo de esquerda, sobretudo na gestão do prefeito Maragall.

Os urbanistas contribuíram para a substância das políticas públicas, com importantes fontes de informações técnicas e políticas para os decisores políticos. Isso ocorreu porque o grupo era formado por pessoas experientes que continham inúmeras fontes de informação sobre o seu tema de preocupação, no caso, o urbanismo. As ideias apresentadas pelo grupo, em suas diferentes lideranças e gerações, ajudaram e facilitaram o processo de negociação e comprometimento essencial para a elaboração de políticas públicas no sistema pluralista, vigente no período pós-ditadura, além de se tornarem fundamentais na cooperação técnica internacional levada a cabo por Barcelona.

2.4.2 As novas centralidades e a gentrificação estratégica

A entrada em cena do planejamento corrigiu o caráter fragmentário e circunstancial dos projetos pontuais da primeira fase de administração "democrática" da cidade para os Jogos Olímpicos, ao propor um plano geral que visasse não só a cidade como um todo, mas diferentes aspectos da mesma, incluindo saneamento e

infraestruturas viárias. Houve assim um redesenho mais radical do espaço urbano, em especial nas áreas mais degradadas, a partir da definição de "novas centralidades" no planejamento estratégico.

As "novas centralidades" eram 10 áreas, feitas pela desativação de indústrias, estradas de ferro ou serviços anteriores, bem localizadas e de grande potencial, necessitando, portanto, serem apenas reurbanizadas e reequipadas. O objetivo principal era o de urbanizações setoriais, com vistas a um desenvolvimento mais integrado e homogêneo (HOLSA, 1992). Contudo, apenas quatro delas estavam diretamente vinculadas ao projeto Olímpico. Estas avançaram mais no sentido de sua ocupação e caracterizaram a reurbanização, que visava muito mais o funcionamento das Olimpíadas do que o da cidade em si e suas necessidades.

Em Barcelona era evidente a predominância do "cultural" com o importante patrimônio arquitetônico. Ao mesmo tempo, tratava-se de um patrimônio dilapidado, deteriorado e que precisava ser restaurado e valorizado para recuperar seu papel de centro cultural europeu e competir com os demais que já vinham investindo em grandes projetos, com prédios destinados a promover as atividades culturais (CAPEL, 2009).

Em 1988, foi criada a PROCIVESA (*Promoción de Ciutat Vella S.A.*), de capital misto, encarregada da renovação de grande parte da cidade para as Olimpíadas (principalmente os bairros Raval, Bairro Gótico, Casco Antigo e Barceloneta). Coube à empresa levar adiante a referida política de "recuperação" fundada na criação de atrações culturais e lugares de atividades econômicas alternativas, diversificando ao máximo as funções, como premissa da dinâmica de "autorregeneração", e eliminando muitas das residências, em especial as pensões e os cortiços (ARANTES, 2012).

Ficaram, por conta do Estado, a criação de praças, *ramblas*, espaços públicos, equipamentos urbanos e culturais e uma ajuda na reabilitação ou reconstrução de imóveis, complementada, majoritariamente, pela iniciativa privada, regida pelas leis de mercado (HOLSA, 1992). Por isso mesmo, o objetivo dos planos de reabilitação de moradias era oficialmente "fomentar a reabilitação privada nos entornos estruturantes de relevância, que pudessem ter um efeito multiplicador sobre o entorno edificado" (FIORI,

2012). O resultado disso foi a gentrificação em Barcelona, exemplificada adiante pelo caso do bairro *Nova Icaria*.

Alguns autores, em especial Neil Smith, argumentam que o termo "gentrificação" tem na atualidade um sentido bastante abrangente, não mais designando um movimento esporádico e por vezes espontâneo, mas absolutamente intencional e dirigido. Trata-se de um procedimento que se generalizou e se transformou numa "estratégia urbana global", mesmo quando se pretendeu apenas uma simples "regeneração" em âmbito urbanístico.

Na verdade, é uma política urbana neoliberal, que visa, antes de tudo, tirar o estigma de certas regiões para atrair investidores por meio de estratégias ao mesmo tempo culturais e econômicas. Produzem-se paisagens urbanas que as classes médias e altas podem consumir, originando uma verdadeira conquista por uma coalizão de classes mais confortáveis no desfrute da desigualdade social. Um ingrediente importante desta política decorre, sem dúvida, da centralidade que a cultura passa a ter nestes processos de "requalificação" e no seu papel de protagonista na promoção internacional da cidade, cada vez mais competitiva internacionalmente.

2.4.2.1. O fenômeno da gentrificação a partir da competição internacional da cidade

A fabricação dos consensos em torno do crescimento a qualquer preço torna-se essencial a uma situação de mobilização competitiva permanente com as cidades concorrentes de todo o mundo. Dá-se origem a uma série de ideologias: do território, da comunidade, do civismo, e assim por diante, com o protagonismo, hoje novamente na vanguarda dos movimentos urbanos, de incorporadores, corretores, banqueiros, mídia, políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, os planejadores urbanos e os promotores culturais de toda sorte.

Para tratar do fenômeno da gentrificação, como resultado do processo de preparação aos Jogos Olímpicos, atenta-se à periodização de Neil Smith (1994) em três fases: gentrificação esporádica, de ancoragem e generalizada. Barcelona, no caso, passou pelas duas últimas fases: das intervenções pontuais às novas centralidades e, finalmente,

ao próprio megaevento olímpico. A prefeitura refez as áreas degradadas até a totalidade da cidade, obedecendo sempre a uma lógica de otimização que, se inicialmente veio de encontro a algumas demandas da população, terminou por obedecer cada vez mais à lógica da valorização do solo urbano.

A cidade passou a ser mais atraente para os ricos e, naturalmente, para os investidores imobiliários e empresas, sobretudo as estrangeiras e, então, a cooperação internacional intensificou-se sobremaneira. Se num primeiro momento esta valorização ou substituição das populações podia não ter sido intencional, como alegam seus promotores, ela ocorreu e inspirou sua ampliação para os grandes projetos, que definiam o nível de consumo e atividades delineadoras do perfil dos novos ocupantes.

Logo, a municipalidade catalã assumiu o planejamento estratégico de caráter nitidamente gerencial, como vimos, para competir com outros grandes centros urbanos, atraindo o capital móvel das grandes firmas nacionais e internacionais e a massa economicamente mais interessante: a dos turistas consumidores. Pode-se dizer que a partir de então, a gentrificação se generalizou "como estratégia urbana concertada e global" (SMITH, 1994; ARANTES, 2012).

Um caso especial, em que igualmente um processo de "regeneração" traria novos habitantes para uma área em vias de ser abandonada, embora, por isso mesmo, estivesse diante de um caso de reconstrução, foi a criação de uma nova área residencial, inicialmente destinada às delegações de atletas para a Olimpíada, a Nova Icária, uma das mais emblemáticas dentre as iniciativas pré-olímpicas (MORENO; MONTALBAN, 1991).

Tratava-se de reverter a situação de um bairro industrial, *Poble Nou*, deteriorado, cortado por linhas de estrada de ferro, numa região sujeita a inundações devido à localização do maior coletor hidrográfico da cidade - situado em face do mar, e, portanto, passível de grandes intervenções, abrangendo também projetos de grande porte de infraestrutura, rondas viárias e a urbanização da orla. Posteriormente, os benefícios da comercialização dos terrenos acabaram revertendo apenas para a iniciativa privada, que além de ter participado somente com uma parte dos custos de construção, se beneficiou

das obras de infraestrutura e dos equipamentos olímpicos, que tornaram este conjunto altamente valorizado (MOIX, 1994).

A Vila Olímpica acabou por impulsionar outras construções ao redor. A partir daí, viu-se enormes gastos públicos e benefícios privados, em nome de uma reconquista da cidade pelos seus habitantes, que foram, de certa forma, empurrados para os anéis periféricos. É preciso esclarecer, contudo, que jamais foi cogitado que tal conjunto abrigasse população de baixa renda, principalmente porque a iniciativa de construção de residências populares era da alçada do governo do Estado da Catalunha.

No caso específico do repovoamento da Vila Olímpica e seu entorno, houve a ocupação de uma área deteriorada e de baixo valor agregado, transformada num bairro de classe média alta, com alto padrão de vida, que dispõe de escolas, *campus* universitário, bibliotecas e toda sorte de negócios. Garantiu-se a expansão "enobrecedora" do lugar - batizado de Nova Icária - e criou-se, como consequência, um polo tecnológico, o distrito 22@ BCN, com o intuito de atrair para a região grandes empresas nacionais e internacionais de ponta, associadas a centros universitários e de pesquisa (VVAA, 2004; ARANTES, 2012).

2.5 Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro: Quais serão os seus legados?

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro contarão com uma imensa infraestrutura necessária para a sua realização. Segundo o site oficial (www.rio2016.com), serão mais de 140 mil pessoas envolvidas diretamente na organização do evento, incluindo 7 mil integrantes do Comitê Organizador, 65 mil contratados e 70 mil voluntários. Mais de 10.500 atletas de cerca de 200 nações ao redor do mundo competirão nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Portanto, a cidade, na ocasião em que foi escolhida como sede (2009), precisava (e ainda precisa) urgentemente de mudanças físicas e sociais.

Observaram-se, antes e durante a Copa do Mundo de 2014, a reação de amplos setores do povo brasileiro e as manifestações em muitas cidades do Brasil, que revelaram o descontentamento com os gastos de dinheiro público na organização do megaevento.

É necessário acompanhar, por um lado, a forma como o país respondeu e responderá aos enormes desafios que decorrem da organização de grandes eventos esportivos, e buscar, por outro lado, avaliar de que forma o Brasil aproveitará essa oportunidade para deixar ao país e ao mundo, independentemente dos resultados na competição esportiva, um legado que de fato seja duradouro.

Ao longo dos anos, os grandes eventos esportivos mundiais comumente foram aproveitados pelos países organizadores como instrumentos de mobilização de suas melhores capacidades e de suas populações para a organização e realização de outros grandes projetos que promoveram, em grande medida, o desenvolvimento desses países e das cidades envolvidas. Ao mesmo tempo, constituíram oportunidades ímpares de projeção externa central e local no plano internacional.

Barcelona aproveitou sua oportunidade, promoveu o desenvolvimento esportivo, transformou sua paisagem e tornou-se um dos destinos mais populares na Europa. Seu modelo de organização dos Jogos passou a ser influente ao Rio e estudado por muitos organizadores de grandes eventos esportivos de todo o mundo, sendo o primeiro que foi pensado, desde o seu início, tendo como conceito a transformação da cidade.

No entanto, a capital catalã apresentou algumas falhas que não devem ser repetidas, apesar de acertos em número consideravelmente maior, que a fizeram exemplar desde meados dos anos 80. Houve ali, como no Rio de Janeiro, muito dinheiro disponibilizado pelas autoridades e por entidades privadas nacionais e internacionais. Mas, no caso de Barcelona, apenas 10% do orçamento foi usado para a construção de estruturas esportivas, sendo o restante utilizado na melhoria da rede de transportes, na habitação, na regeneração da frente marítima da cidade (BEARD, 2011) e em outras iniciativas que beneficiaram os cidadãos e constituíram-se no orgulho de Barcelona, transformando-a em uma cidade aberta ao mundo.

Já no plano esportivo, Barcelona 92 assegurou seu sucesso com investimento estrangeiro e também com o apoio da iniciativa privada nacional, principalmente na preparação dos seus atletas, o que resultou em melhores resultados esportivos para o país. Dessa forma, houve condições de apoio ao desenvolvimento do esporte de alto

nível, com fortes investimentos por todo o país em centros de treino de esportes que antes não se beneficiavam de apoios e que transformaram a Espanha em potência do esporte, com atletas de altíssimo nível em vários esportes (TAYLOR, 2012). O Rio de Janeiro, seguindo o exemplo de nossos parceiros espanhóis, busca, em certa medida, mobilizar sua população, sobretudo os mais jovens, para a prática esportiva e passar tal gosto às gerações posteriores.

Sobre o legado dos Jogos no Rio, deve-se atentar também aos erros das outras cidades-sede anteriores. O que houve em Atenas, por exemplo, foi o oposto do que aconteceu em Barcelona após o megaevento. Com custos muito elevados, sobretudo com segurança, após o fatídico 11 de setembro de 2001, elevadas dívidas e considerável número de "elefantes brancos" (USBORN, 2008), o legado de Atenas é considerado um dos piores da história dos Jogos Olímpicos. Outras cidades, como Atlanta, Sidney e Pequim, ainda pagam caro por erros semelhantes na organização das Olimpíadas.

A organização do Rio 2016 busca preocupar-se com as mesmas questões. Segundo os documentos oficiais, o evento contará com 37 instalações de competição, sendo que 19 já estão em funcionamento e apenas 10 sofrerão algum tipo de intervenção permanente. Ao contrário do que houve na Copa do Mundo de 2014, não houve a mesma necessidade (ou pressão) por megaconstruções permanentes.

Dentre as instalações do Rio de Janeiro para os Jogos, 8 são totalmente temporárias e a preocupação é que 1/3 das instalações fique como estruturas de legado. Segundo os organizadores, não haverá necessidade (ou pressão) de construção em, pelo menos, 73% das construções, já que a cidade já sediou os Jogos Panamericanos de 2007, os Jogos Parapan Americanos Rio 2007, os Jogos Mundiais Militares do CISM de 2011 e a Copa do Mundo da FIFA de 2014 (www.rio2016.com).

O planejamento é primordial para assegurar legado após o encerramento dos Jogos. Em particular, no que se refere aos equipamentos esportivos e instalações de competição, é fundamental, como se observou pelo Modelo Barcelona, definir o aproveitamento futuro dessas infraestruturas, que têm encargos elevados, não só durante a sua construção, mas também na sua manutenção e gestão futura. No caso de

Barcelona, o legado esteve, desde o início da preparação, bem documentado e até mesmo o processo de preparação de sua candidatura, no início de 1982, chamava atenção aos efeitos de curto e longo prazo que resultariam do megaevento para a Espanha, para Barcelona e outras cidades envolvidas na sua preparação. Aprendeu-se também que é preciso pensar nas políticas que foram definidas e nos planos desenvolvidos para a utilização das infraestruturas esportivas após o final dos Jogos.

Ademais, é importante ter todo o planejamento de como será utilizado o dinheiro investido na preparação e a forma como o esporte e o povo brasileiro se beneficiarão dos investimentos. Como afirma o especialista Antônio Teixeira Marques, "é também sabido que entre o planejado e o executado vai sempre alguma diferença, que se traduz de forma mais notória nos projetos concretizados, na observância dos prazos e no controle de despesas" (MARQUES, 2014).

Há, nos planos do comitê organizador, iniciativas previstas para os aeroportos e o porto, também em termos de mobilidade urbana, das comunicações, da cultura, da saúde, da segurança, da transparência, do turismo, e principalmente da sustentabilidade. O ponto mais importante para os organizadores é que, a exemplo do que houve principalmente em Sidney e em Londres, a cidade do Rio de Janeiro passe uma imagem de sustentabilidade engajada. Contudo, enquanto alguns projetos são apresentados com grande nível de detalhamento, outros não passam de apresentações genéricas.

Ao longo do estudo de caso, pensou-se no sucesso do megaevento como algo suficiente como legado, mas o sucesso esportivo não pode ser considerado retorno suficiente de um investimento financeiro que totaliza atualmente, segundo o site e os documentos oficiais, em 7 bilhões de reais para as instalações esportivas. O investimento é distribuído da seguinte forma: 51% de patrocinadores nacionais, 21% de contribuição do COI, 13% de venda de ingressos, 9% de patrocinadores internacionais e 6% de licenciamento e outras receitas.

Destaca-se que os organizadores contarão como despesas a destinação de 21% dos 7 bilhões apenas para os serviços dos Jogos, 20% para tecnologia, 12% para direitos de marketing e contingência, 11% para esportes e cerimônias, 11% para acomodações,

8% para serviços administrativos e comerciais, 7% para projetos de infraestrutura, 5% para transporte e 5% para o que conceituam como engajamento para a cidade (www.rio2016.com).

Obviamente, o legado do Rio 2016 não se limitará ao sucesso da competição esportiva. Como, aliás, outros documentos oficiais fazem referência, tanto o governo brasileiro, como os governos do Estado e da cidade do Rio de Janeiro afirmam que os resultados serão de valorização, sobretudo, da Marca Brasil, além do investimento em capital humano e da infraestrutura que ficará após os Jogos.

Se o conceito de Barcelona se centrou na ideia "Os jogos da regeneração da cidade" (BEARD, 2011), qual é o conceito por trás do planejamento do Rio 2016? Nos documentos consultados, vê-se que há preocupação quanto à utilidade das instalações permanentes no futuro e que haverá canalização de uma parte importante dos investimentos financeiros ao legado.

Porém, com o exemplo de Barcelona, é necessário que se pense de qual forma os outros investimentos feitos devam ser devidamente controlados no que tange seus gastos e como estes tornar-se-ão tradução efetiva de benefícios para a população e para o país e não apenas em proveitos para alguns. Como essa, há algumas questões que podem ser colocadas, mas às quais será, contudo, ainda prematuro dar uma resposta. No entanto, já existe algum mal-estar, que tem origem nas questões identificadas anteriormente.

Questiona-se o dinheiro investido nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio, quando claramente faltam recursos para melhorias do ensino público ou do sistema de saúde pública. Antes disso, porém, a preocupação maior é a mesma da Copa do Mundo: há atrasos na edificação das infraestruturas e descontentamento de boa parte da população, devido ao aumento exponencial dos gastos num país com carências graves. Muitos brasileiros reclamam que as grandes dificuldades estão na gestão da organização como um todo e em sua complexidade (LEITE, s/d).

2.6 A cooperação descentralizada e seus efeitos para o Rio de Janeiro e para o Brasil

Segundo o especialista José Manuel Constantino, "o impacto da globalização no esporte tem vindo a reconfigurar a identidade desse fenômeno em torno de novos equilíbrios na relação econômico-midiático-esportivo que marca o seu desenvolvimento, com um pendor mais acentuado das duas primeiras dimensões em relação a esta última" (CONSTANTINO, 2014). Neste sentido, a cooperação descentralizada com o advento da globalização que se deu anos após as Olimpíadas de 92, nos níveis técnico e financeiro e no âmbito de preparação dos Jogos Olímpicos, tem um papel cada vez mais importante nos efeitos para a cidade-sede e para seu país em muitos aspectos.

Atualmente, o esporte, como um todo, vem perdendo espaço frente a interesses dominantes econômicos e midiáticos, intimamente ligados à toda sorte de cooperação envolvida nos Jogos. De certa forma, o esporte é confrontado perante novos desafios que colocam em crise, muitas vezes, o quadro de valores, ideais e princípios que estão na sua gênese. Cabe aos atores da cooperação, não só entre cidades, um posicionamento mais responsável para que o esporte recupere ao menos parte do seu espaço e o espetáculo esportivo, dentro e fora das estruturas de competição, ultrapasse algo que hoje se limita à expressão maior de tensões e mudanças nos processos de produção cultural do maior espetáculo do mundo que é e tem tudo para continuar a ser o esporte.

O fenômeno de Barcelona é também exemplar ao Rio de Janeiro, porque resgatou o esporte e a cidade, por meio de cooperação descentralizada com outras cidades que já tinham sediado o megaevento, para que voltasse a ter impacto sobre a sociedade. Em grande medida, pela força midiática catalã e seu empenho em abranger ainda mais a influência do esporte sobre a cidade por vários anos, o esporte ganhou força como prática social quase unânime quanto à sua legitimação social. Pode-se afirmar ainda que o esporte passou a ser modelo cultural adotado no plano internacional, principalmente por conta de interesses econômicos e midiáticos. O esporte não ficou fora do atual processo social da globalização.

O Comitê Olímpico Internacional, como governo internacional do esporte, tem grande responsabilidade sobre os efeitos que a cooperação internacional provoca nas sedes dos Jogos, a partir das federações esportivas internacionais e do movimento olímpico internacional. O espetáculo esportivo de 2016 será certamente condicionado pela dimensão econômica e financeira da globalização, em um nível jamais imaginado em 1992.

A expansão da cooperação impõe cuidados que precisam defender a identidade, a autonomia e os valores do esporte, para que os benefícios almejados pela capital carioca sejam alcançados com o máximo de eficácia. Essa preocupação, segundo Constantino, "não pode deixar à margem as autoridades esportivas internacionais - do Comitê Olímpico Internacional, aos comitês nacionais, das federações esportivas internacionais às federações esportivas nacionais - no sentido de a governança do esporte explorar as vantagens da globalização e limitar ou reduzir os efeitos negativos que ela comporta" (CONSTANTINO, 2014).

No cerne de toda a cooperação pela qual a organização de uma Olimpíada envolve-se, os efeitos da globalização no esporte criaram uma complexidade crescente e uma multiplicação de dependências e interdependências de todo tipo. No caso do Rio de Janeiro, deve-se atentar a que o poder das autoridades esportivas não perca forças na organização do esporte em si e que as autoridades da cidade e do país possam manter a cooperação em diversos níveis sem que entidades privadas se apossem integralmente das estruturas públicas e da própria prática social que é o esporte, como se viu nas últimas edições do megaevento.

Há muita concentração de poder das instituições privadas, com número restrito de parceiros (o que limita em muito a cooperação entre cidades e países), que geram produtos de acordo com regras empresariais, negociando e tomando conta do que a sociedade verá nas grandes cadeias de televisão. Espera-se que esse domínio não chegue tão diretamente ao plano das modalidades e do desenvolvimento dos Jogos Olímpicos no Rio 2016.

Há sempre os mesmo interesses empresariais. O Comitê Olímpico Internacional possui estreita ligação com tais interesses empresariais, que promovem a cartelização da organização esportiva internacional. Cada vez mais, empresas internacionais possuem os direitos de exclusividade na organização dos eventos que decorrem sob a sua responsabilidade. Confunde-se, dessa maneira, poder esportivo com financeiro. Ademais, empresas de paraísos fiscais, sobretudo, exploram os eventos esportivos e não será diferente no caso do Rio de Janeiro.

3. CONCLUSÕES

3.1 Como o planejamento estratégico pode fazer do Rio de Janeiro um novo exemplo

3.1.1 Identificando problemas na organização dos Jogos no Rio de Janeiro

Cada vez mais, há argumentos de natureza econômica, financeira e política quanto à organização dos megaeventos esportivos e à gestão do esporte. Não é exagero dizer que o espetáculo esportivo hoje é uma nova indústria e pode trazer mais problemas do que aqueles apresentados até o momento. O planejamento estratégico herdado de Barcelona traz e trará postos de trabalho, além de gerar riqueza para pequenas e médias empresas do Rio de Janeiro. Contudo, precisa-se levar em conta sempre que esse acréscimo de valor para a economia tem outras consequências.

Além das instalações esportivas, são previstos 27 projetos que devem levar melhorias para a cidade, principalmente em termos de transportes públicos. Os projetos de maior destaque são a renovação da zona portuária, a construção de uma nova linha de metrô e a implantação de corredores de ônibus (BRT). Em contrapartida, o Observatório das Metrópoles apresentou, em 2013, os principais resultados do projeto "Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas Metrópoles Brasileiras".

Segundo a instituição, no caso do Rio de Janeiro, há pouca transparência na preparação aos Jogos Olímpicos, que revela uma reduzida participação social e muitos projetos direcionados exclusivamente às leis do mercado e ao capital. Tais conclusões demonstram que o projeto geral não é democrático. Portanto, para algumas regiões da cidade, a realização dos Jogos Olímpicos tem levado certos impactos negativos com transformações profundas na dinâmica urbana, inclusive com despejos, novos processos de elitização por gentrificação, assim como em Barcelona, e novos padrões de relação entre o Estado e os atores econômicos e sociais.

Outra preocupação dos especialistas, como o professor Chris Gaffney, é que, no Rio de Janeiro, não há proposta de legado efetivo no que diz respeito ao esporte. O poder público e os investimentos externos têm como foco a construção das instalações de competição e todo o aparato de apoio, em detrimento de produzir equipamentos para o usufruto da população carioca. Deve-se haver uma ampliação do diálogo com a comunidade internacional interessada pelas transformações urbanísticas com o advento dos Jogos Olímpicos, assim como foi com a Copa do Mundo de 2014 (GAFFNEY, 2010).

Ao contrário do que houve em 1992, a privatização do esporte e o enfraquecimento do movimento associativo fazem com que se reconheça que argumentos econômicos em relação ao esporte não podem ser vistos restritamente. Uma política de desenvolvimento esportivo sempre é analisada a partir de diferentes critérios dos indicadores econômico-financeiros convencionalmente utilizados. Infelizmente, os processos de desenvolvimento esportivo vivem numa estreita dependência dos respectivos custos econômicos. O esporte já não apresenta baixo custo econômico como antes e o enquadramento técnico e administrativo já foi mínimo, mas tudo isso tomou novo corpo nos últimos anos.

Quanto aos problemas na organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, no geral, os pontos de maior preocupação são:

- A cidade-sede enfrenta alguns atrasos preocupantes nas obras. Porém, depois da realização da Copa do Mundo, a desconfiança internacional sobre os Jogos do Rio

2016 é cada vez menor. Atualmente, a principal preocupação é o Parque Olímpico de Deodoro, que receberá sete modalidades. Contudo, a cooperação internacional ali será importante no sentido de resultar em grande interesse e participação ativa da mão-de-obra qualificada internacional, sobretudo dos envolvidos em Londres, no processo final de preparação do Rio de Janeiro.

- O principal Parque Olímpico será localizado na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio. Greves e atrasos afetaram o começo das obras. Em meados de 2014, as únicas instalações prontas são a Arena da Barra e o Parque Aquático Maria Lenk, inauguradas em 2007. Há também um polêmico campo de golfe, localizado no meio de uma reserva ecológica que beira a praia do Recreio, em fase inicial de construção. Outra preocupação é a poluição da Baía de Guanabara, onde serão disputadas competições de vela e *windsurf*.

- Observa-se que os custos de manutenção da atividade esportiva são os mais elevados dos últimos anos. Além disso, no geral, há crescente necessidade de haver continuamente uma reavaliação das fontes tradicionais de financiamento do esporte, antes, durante e após os Jogos Olímpicos. Também por este motivo, a cooperação internacional entre cidades passou a ser a principal alternativa como complemento de financiamento.

- Não somente o Rio de Janeiro, mas o Brasil também presencia cada vez mais que o poder esportivo foi ultrapassado pela lógica de outros poderes, presentes na cooperação de toda sorte: grandes grupos financeiros e meios de comunicação social. Em escala global, é um poder que escapa ao próprio poder dos Estados.

- Atualmente, o que acontece em termos de organização e cooperação tem que enfrentar essa realidade: além das novas entidades financiadoras do esporte, há também outras que não são esportivas e que estão ligadas à organização do espetáculo esportivo, o que permite concluir que o histórico financiamento externo já não era suficiente ao Rio 2016.

- Outro efeito sobre o Rio de Janeiro, que em 1992 já ganhava expressão, é a pressão advinda da relação entre esporte e comunicação social, particularmente a televisão. Os meios audiovisuais e as empresas investem nos Jogos Olímpicos para terem retorno futuro. Exigem-se projetos seletivos e decisões rígidas de todo a organização para seus próprios interesses. Trata-se do grau máximo de autonomia empresarial sobre o poder esportivo e no grau máximo de cooperação midiática entre os países.

- O Comitê Olímpico Internacional, como instância reguladora, foi diminuído nas últimas edições dos Jogos Olímpicos pelas empresas financiadoras, que equipam, comercializam, patrocinam e difundem o esporte. Tais entidades, cada vez mais, ganham poder porque também patrocinam os donos dos espetáculos esportivos, as organizações esportivas em geral.

- Deve-se ver a organização dos Jogos como um comprometimento e como responsabilidade social com o futuro do esporte, da cidade e do país. O esporte é uma prática social historicamente legada. Trata-se de um importante elemento constitutivo do desenvolvimento da humanidade.

- Sempre haverá dificuldades na afirmação do espetáculo esportivo como legado por si só. Os Jogos do Rio correm o risco de reafirmação de que se trata apenas de um grande empreendimento, condicionado a interesses financeiros e políticos. Pelo estudo de Barcelona e como afirma o estudioso José Manuel Constantino, "os próprios ideais olímpicos estão transformados numa estratégia de *marketing* para consumo externo. Para a grande maioria dos dirigentes olímpicos, os ideais significam pouco. Muitos nem os saberão identificar" (CONSTANTINO, 2014).

- Podem-se ainda detectar os limites de tal condicionamento do esporte a lógicas exteriores a partir de uma perspectiva humanista e cultural, que ajuda a formular perguntas do melhor modo e encontrar repostas que esse tempo de incertezas tem exigido dos estudiosos do fenômeno olímpico. Barcelona foi essencial na

mudança da prática esportiva ao espetáculo que se conhece hoje, ultrapassando, em muitos casos, o nível da competição esportiva. Os Jogos Olímpicos, nos últimos anos, mudaram porque o tempo social mudou. A organização e a realização dos Jogos são consequência da evolução do tempo histórico e cultural.

- Assim como foi em Barcelona, os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro terão o poder de transformação pelo esporte, enquanto prática cultural, sobre a sociedade. É um novo segmento da atividade econômica, uma linguagem universal, falada e compreendida por todos os povos, de todas as nações, independentemente dos seus fundamentos políticos, raciais ou religiosos.

- As arenas de competição esportiva são hoje espaço mais comum a toda a humanidade: um lugar físico, mas, sobretudo, um lugar de emoção coletiva (GINER, 1987). Produzidas e imediatamente apropriadas pela enorme multidão dos espectadores, as arenas podem ser espaços de usufruto individual ou coletivo por muitos anos.

- Como destacou José Manuel Constantino, "a emergência e a importância social do espetáculo esportivo acompanharam a crise da instância política (...). A midiatização do fenômeno esportivo e a transformação da política em algo que se ganha ou perde no espaço comunicacional para isso concorreram. O espetáculo esportivo ganha do político. A política tende a copiar ou aproveitar muito do que ocorre ao redor do espetáculo esportivo" (CONSTANTINO, 2014).

- A percepção internacional de que o Rio não é necessariamente um lugar seguro para visitantes terá de ser confrontada. Crimes de rua como arrastões relatados durante a Copa não podem ser permitidos. Crime, no caso de Barcelona, não era prioridade na lista de preocupações. A aplicação de leis no Rio será um fator importante nos dois próximos anos para fazer com que atletas e espectadores se sintam confiantes em relação à segurança.

- Finalmente, de forma extraoficial, os Jogos do Rio-2016 custarão pelo menos 36 bilhões de reais, sendo que as autoridades garantem que metade do financiamento será de origem privada nacional e internacional ou procedente de consórcios público-privados. O problema é que os atrasos nas obras podem aumentar o peso no bolso do contribuinte e o custo final disso tudo será conhecido apenas às vésperas da competição.

3.2.1 Conclusões a partir do caso de Barcelona e suas relações internacionais: Como implementar as ações para que o Rio 2016 seja um megaevento de sucesso?

Em Barcelona, os Jogos revigoraram o protagonismo vanguardista da cidade e afirmaram a consolidação democrática na Espanha, a partir da revitalização da cidade. A organização do megaevento, com seus objetivos de prover legado político, social, cultural, econômico e urbanístico à cidade, foi um sucesso. Atentando aos aspectos simbólicos, culturais e políticos, os Jogos de 92 foram importantes na afirmação de identidades catalã e europeia e a atuação mais assertiva no cenário internacional teve a ver com demandas objetivas e pôde influenciar a percepção de mundo e os valores de agentes econômicos, culturais e dos atores políticos.

Houve profícua articulação entre os setores privados e a sociedade civil organizada, juntamente aos poderes envolvidos. Os Jogos Olímpicos adequaram-se à Barcelona e não o contrário, o que foi muito benéfico, apesar do processo de gentrificação na cidade. Por meio da cooperação descentralizada e seus efeitos para Barcelona e para a Espanha, houve sensíveis melhorias de infraestrutura, que puderam ser observadas na cidade de Barcelona, ao final dos períodos de preparação e realização dos Jogos Olímpicos. Não obstante, considerando a autonomia da Catalunha e a estrutura semi-centralizada do federalismo espanhol, o plano diretório interinstitucional gerido pela Prefeitura de Barcelona em parceria com a *Generalitat Catalana* e o Governo da Espanha foi essencial para a inserção internacional da cidade.

Sobre os aspectos políticos na aplicação das políticas públicas, o governo central espanhol percebeu o protagonismo de Barcelona em todo o processo de preparação dos Jogos e Barcelona respeitou a atuação do governo central. A coordenação foi tão bem feita e benéfica que, em poucos momentos, surgiram problemas quanto às diferenças e complementariedades nas linhas de atuação entre poder local e central. As grandes transformações podem gerar o embate de interesses políticos no que tange a gestão e aplicação de políticas públicas, mas, no caso espanhol, esse embate foi mínimo e, com competência, muitos setores e agentes foram beneficiados.

Um elemento importante do sucesso do Rio de Janeiro com os Jogos poderá ser sua capacidade de relacionar-se internacionalmente. O traço que distingue as relações entre a Espanha e o Brasil, Barcelona e o Rio de Janeiro, não somente por conta da organização dos Jogos Olímpicos, é o forte amparo nos respectivos setores privados. No entanto, há vínculos cada vez mais estreitos nas áreas política e social, até porque as relações são vistas por ambos os governos como "política de Estado", traduzida em ampla agenda bilateral e multilateral. O Brasil e a Espanha necessitam um do outro, e de maneira crescente. A cooperação internacional entre os dois países e suas cidades envolvidas com megaeventos esportivos fez com que as relações internacionais ganhassem em ritmo e amplitude, muito por conta do que se espera do Brasil.

As relações entre Espanha e Catalunha com o Brasil puseram fim, a partir dos anos 90, ao distanciamento tradicional e cresceram nos últimos anos com participação estratégica do intercâmbio de mão-de-obra qualificada. No âmbito do Rio 2016, algumas conferências de personalidades catalãs no Brasil mostram que, politicamente, a Espanha assimilou o mundo luso e se apresentou como nexo entre Europa e América Latina em muitas instâncias. No Brasil, o governo, e, na Espanha, os empresários assumiram o papel protagonista a partir dos anos 90, e, aproveitando as oportunidades abertas pela privatização, os capitais espanhóis tiveram grandes benefícios no Brasil com investimentos de quase 10 bilhões de dólares. Os mais importantes grupos de recém-chegados penetraram os serviços de rentabilidade elevada e imediata (COSTA, 2009).

A partir da cooperação internacional e de sua expressiva rentabilidade, tem-se a missão final de entregar os jogos em excelentes condições. Precisa ser algo que fique na memória do mundo para a promoção da marca Brasil. Os organizadores baseiam-se na transformação sustentável, por meio do esporte, no âmbito social e urbano, assim como foi em Barcelona 92. Adota-se, então, uma postura de responsabilidade social para com o crescimento dos Movimentos Olímpico e Paraolímpico.

Os organizadores afirmam que os Jogos são uma oportunidade única para acelerar investimentos de infraestrutura necessários à cidade e para adotar novas práticas de produção e consumo menos agressivas ao meio ambiente. Nesse sentido, o Rio 2016 trabalha para deixar os locais utilizados em melhor estado, reduzindo o impacto sobre o ambiente natural e cuidando das instalações e seu entorno. Planeja-se, como foi em Barcelona, pensar nos benefícios à sociedade: criação de empregos, novos conhecimentos, oportunidades de negócio, excelência no padrão de qualidade das infraestruturas e fortalecimento dos valores olímpicos para a prática social do esporte. Fala-se também da importância dada à diversidade, ao combate ao preconceito e à valorização de todas as pessoas envolvidas.

Desde a sua candidatura à sede olímpica, o Rio de Janeiro assumiu compromissos ligados a critérios de sustentabilidade em todo o ciclo dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de operação, revisão e pós-evento. Segundo os organizadores, essa integração é regida por quatro princípios:

1) Responsabilidade: busca-se equilíbrio nas ações com considerações econômicas, redução do impacto ambiental negativo e promoção de benefícios à sociedade.
2) Inclusão: os organizadores pautam-se no respeito com todas as partes interessadas, sem discriminação.
3) Integridade: age-se com base em princípios éticos, dentro das normas internacionais de comportamento na organização de eventos.
4) Transparência: sobre a maneira como "todas as atividades afetam a sociedade, a economia e o meio ambiente, publicando regularmente os resultados das decisões

tomadas e o impacto dos Jogos sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia" (PLANO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE DOS JOGOS, 2013).

Em parceria com as entidades governamentais, o comitê do Rio 2016 elaborou um plano de ação integrado. Trata-se do Plano de Gestão da Sustentabilidade, em que estão descritos os programas, iniciativas e projetos concernentes à sustentabilidade na organização, planejamento e realização dos Jogos Olímpicos.

Segundo os documentos oficiais, uma vez que a sustentabilidade é tema em constante desenvolvimento, que ganhou muita força nas últimas edições dos Jogos, a atualização da agenda do Rio também considera também a evolução de práticas, tecnologias, normas internacionais e legislação federal, estadual e local.

O Rio de Janeiro, face aos bilhões de reais investidos, pode ter resultados curtos, mas conseguirá, com grande esforço e canalização dos gastos com responsabilidade, potencializar seu legado. Há de se ressaltar que, além do modelo catalão, Londres tem sido importante fonte de inspiração. A capital inglesa já traçou o que seria seu legado de antemão: um plano diretor detalhado, enfatizando diversos níveis e áreas.

A cidade-sede de 2012 preocupou-se com (a) o legado esportivo ao promover maior acesso de jovens e pessoas de todas as idades à prática dos esportes com criação de novos clubes esportivos, projetos comunitários por todo o país, promoção de jogos escolares e formação de professores primários para apoiar e promover a prática esportiva; além disso, para as relações internacionais no âmbito de preparação dos Jogos Olímpicos, Londres foi e é exemplar em considerar que seria importante colher frutos de suas pesquisas, além de sistematizar e organizar informações pertinentes aos países que promovessem posteriormente os Jogos Olímpicos. O *know-how* é essencial para que o Rio 2016 seja um sucesso e passe adiante e acompanhe os resultados de suas experiências com o megaevento.

Londres, a partir de estudos sobre o caso de Barcelona, também deu importância ao (b) legado na regeneração urbana de zonas degradadas da cidade, com a construção de novos equipamentos esportivos, residências, escolas e centros de saúde (MARQUES, 2014). Assim como se espera no Rio de Janeiro, (c) o legado ambiental favorecerá novos

padrões para a construção e o desenvolvimento sustentável, a utilização e preservação da energia, a reciclagem dos resíduos e da água, encorajando a biodiversidade e criando um forte compromisso com o respeito e a proteção do ambiente. Ficará também o (d) legado social, na educação, em termos de cidadania, e, na saúde, em termos principalmente de integração com os esportes, vistos como promotores da saúde.

Quanto ao que ficará, procura-se, assim como em Barcelona, o (e) legado intangível, pelo estímulo de atitudes cidadãs, do orgulho nacional, visto em muitos momentos da Copa do Mundo, da atenção e respeito do mundo pela capacidade de um país e dos seus cidadãos, das suas empresas e organizações para acolher e organizar com sucesso grandes eventos. A experiência com a Copa, em certa medida, alivia a pressão do Brasil no sentido de provar que está preparado para realizar os Jogos Olímpicos de 2016. O torneio foi, em muitos aspectos, um sucesso. Tudo funcionou relativamente bem e os temores de que protestos destruíssem as cidades-sede da Copa não foram sustentados.

Os Jogos Olímpicos, vistos aqui como fato econômico, político, social, cultural e espacial em uma determinada trajetória espaço-temporal da cidade, podem ir além de mudanças conjunturais do presente, e, em grande medida, influenciar na trajetória histórica da cidade. O modelo de Barcelona foi essencial para que o Rio de Janeiro buscasse também um projeto de desenvolvimento urbano, a partir da governança empreendedora, com seus próprios parceiros internacionais, mas sempre considerando a coordenação de política externa com o poder central. A governança empreendedora da voltou-se, em última análise, à competitividade da cidade, que ocupa, cada vez mais, um lugar importante entre as cidades globais.

Em contrapartida, neste fenômeno, em que os Jogos Olímpicos são utilizados, em larga escala, para que o modelo empreendedor transforme a cidade-sede em cidade-negócio, infelizmente, sempre haverá, além das grandes melhorias, resultados negativos que, na maioria dos casos, culminam em mais um exemplo de desenvolvimento desigual do capitalismo. Uma série de documentos e dossiês foram produzidos para a avaliação dos impactos dos Jogos sobre o Rio e alguns setores e agentes foram beneficiados pelas intervenções e pela cooperação em detrimento de outros, que sofrem com os efeitos

nocivos dos interesses de pequenos grupo de poderosos sobre a integração social e a justiça social.

Por outro lado, a organização dos Jogos pode ser um divisor de águas positivo para a cidade-sede. Além do estímulo ao turismo, a oportunidade pode ser aproveitada para resolver problemas estruturais do município, estimulando a revitalização de grandes áreas urbanísticas. Não obstante, com os Jogos, pode-se, e há tempo para isso, aprender a redirecionar o Rio de Janeiro a uma meta mais igualitária e democrática em termos sociais e econômicos.

No que tange o essencial do megaevento esportivo, pode-se também inspirar as futuras gerações por meio das realizações esportivas dos atletas e dos valores do esporte, para que essa seja a base para o respeito pelas diferenças culturais e religiosas e para a superação de qualquer tipo de discriminação. A realização dos Jogos Olímpicos certamente promove a luta pela igualdade a partir e para o resultado tão almejado de verdadeira coesão dos povos.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA E INDICATIVA

AYLLÓN, B. "La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales", in *Carta Internacional*, NUPRI/USP, São Paulo, nº 2, vol. 2, pp. 32-47, 2007.

ARANTES, O *Berlim e Barcelona: duas imagens estratégicas.* São Paulo: Annablume, 2012.

AUDOUIN, J. *Barcelone, difficile d'être un modelle,* em *Traits urbains*, nº 17, 2007.

BEARD, M. "Lessons of Barcelona: 1992 Games Provided Model for Londos... and Few Warnings", in *Evening Standard*, March 21, 2011. Disponível em: http://www.standard.co.uk/news/lessons-of-barcelona-1992-games-provided-model-for-london-and-few-warnings-6382929.html.

BOHIGAS, O., "Ciudad y acontecimiento. Una nueva etapa del urbanismo barcelonés", in *Arquitectura Viva,* 84, Barcelona, 2002.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. 7ª ed. Madrid: Ed. Taurus, 2004.

_____. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORJA, J., *Luces y sombras del urbanismo de Barcelona,* Barcelona, UOC, 2010.

BRUNET, F. "An economic analysis of the Barcelona'92 Olympic Games: resources, financing and impact". In: MORAGAS, M; BOTELLA, M. *The Keys to Success: the social, sporting, economic and communications impact of Barcelona'92*. Barcelona: Servei de Publicacions de la UAB, pp. 203-237, 1995.

CAPEL, H., *El modelo Barcelona: un examen crítico,* Barcelona, ed. Del Serbal, 2ª ed, 2009.

CASHMAN, R. *Sport in the national imagination*. Sydney: Walla Walla Press, 2002.

CASTELLS, The New Public Sphere: Global Civil Society, Communication Networks, and Global Governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 616, n. 1, p. 78–93, 1 mar. 2008.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As Cidades como Atores Políticos. *Novos Estudos*, v. 45, p. 152–166, 1996.

CASTELLS, M. e HALL, P., *Technopoles of the World,* Londres e NY, Routledge, 1994.

CIANCHETTA, A., "Régénération urbaine à Barcelone", *in d'A,* 139, Paris, sep-oct, 2004.

CONSTANTINO, J. M. "Dentro e fora do estádio: o espetáculo, a globalização e o seu significado social". In *Revista USP* / Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo nº 99, 2013.

CORNAGO, N. "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo Ocidental". In: VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E; BARRETO, M. I; MARIANO, M. P. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

_____. "On the Normalization of Sub-State Diplomacy". *The Hague Journal of Diplomacy*, vol. 5, pp. 11-36, 2010.

COSTA, C. M. Governos Subnacionais e Política Externa: O Caso da Agenda de Mudanças Climáticas. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2013.

COSTA, T. *As duas Espanhas e o Brasil.* Rio de Janeiro, Topbooks, 2009.

DAMO, A.; OLIVEN, R. "O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013. (http://www.scielo.br/pdf/ha/v19n40/a02v19n40.pdf)

DINGWERTH, K.; PATTBERG, P. Global Governance as a Perspective on World Politics. *Global Governance*, v. 12, p. 185–203, 2006.

DUCHACEK, I. D. "Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations". In: MICHELMANN, H. J; SOLDATOS, P. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

FELDMAN, E. J; FELDMAN, L. G. "Canada". In: MICHELMANN, H. J; SOLDATOS, P. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

FILHO, F. G. *A Paradiplomacia Subnacional no Brasil: Uma Análise da Política de Atuação Internacional dos Governos Estaduais Fronteiriços da Amazônia*. 06/06/2011. Tese (Doutorado em Reações Internacionais e Desenvolvimento Regional). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FIORI, M., *El impacto de la transformación urbana en la estructura residencial de Ciutat Vella,* tese de doutorado, Barcelona, UPC, 2011.

FRANCE, A.; ROCHE, M. "Sport mega-events, urban policy and youth identity: sigues of citizenship and exclusion in Sheffield". In: ROCHE, M. (ed.) *Sport, popular culture and identity*. Aachen: Meyer & Meyer: 1998.

FRY, E. H. "State and Local Governments in the International Arena", *American Federalism: the Third Century*, vol. 509, May, pp. 118-127, 1990.

GAFFNEY, C. "Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro",
1919-2016. *Journal of Latin American Geography,* v. 9, n. 1, p. 7-29, 2010.

GALIANO, L. F. "Triángulos Virtuosos" in *Arquitectura Viva,* nª 94-95, Barcelona, 2004.

GELLNER, E. *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell, 1983.

GINER, S. *Ensayos Civiles*. Barcelona, Península, 1987.

HELD, D. *La democracia y el orden global. Del Estado moderno al gobierno cosmopolita*. Barcelona: Ed. Paidós, 1997.

HILLER, H. H. "Toward a science of Olympic outcomes: the urban legacy". In: MORAGAS, M; KENNETT, C; PUIG, N. (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona/ Olympic Studies Centre of the International Olympic Committee, 2003.

HOCKING, B. "Regionalismo: uma perspectiva as relações internacionais". In: VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E; BARRETO, M. I; MARIANO, M. P. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

_____. "Bridging boundaries, creating linkages: non-central governments and multilayered policy environments". *WeltTrends*, n. 11, pp. 36–51, 1996. Disponível em: <http://opus.kobv.de/ubp/volltexte/2006/1112/pdf/11_sp_hocking.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

_____. *Localizing Foreign Policy: Non-Central Governments and Multilayered Diplomacy*. London: St. Martin´s Press, 1993.

HOLSA, *Los Juegos Olímpicos como generadores de inversión (1986-1992)*, Barcelona: Barcelona Holding Olímpic, S.A., 1992a.

_____, *Barcelona Olímpica. La ciutat renovada*. Barcelona: Barcelona Holding Olímpic, S.A.- & AGRAVE;mbit Serveis Editorials, 1992b.

INDOVINA, F. "Os Grandes Acontecimentos e a Cidade Ocasional", *in Lisbon: World expo 98. Projects,* Blau, 1996.

IOC - International Olympic Committee. Factshee. London 2012 Facts & Figures. Update - November 2012. November, 2012. Disponível em: http://www.olympic.org/Documents/Reference_documents_Factsheets/London_2012_Facts_and_Figures-eng.pdf.

KAISER, R. "Sub-State Government in International Arenas: Paradiplomacy and Multi-Level Governance in Europe and America". In: LACHAPELLE, G.; PAQUIN, S. (orgs.). *Mastering Globalization: New Sub-States Governance and Strategies.* New York: Routledge, 2005.

KEATING, M. "Regiones y asuntos internacionales: motivos, oportunidades y estrategias". In: VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E; BARRETO, M. I.; MARIANO, M. P. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

KEOHANE, R.; NYE, J. S. *Power and interdependence*. Boston: Little Brown & Co, 1977.

KINCAID, J. "Constituent diplomacy in federal politics and the Nation-state: conflict and cooperation". In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

LA VANGUARDIA, *La Barcelona del 92*. Imágenes de un cambio, Barcelona: La Vanguardia, TISA, 1992.

LEITE, J. S. "Copa do Mundo: Oportunidade Desperdiçada?", in *ADG Brasil*, s/d. Disponível em: http://adg.org.br/blog/blog/copa-do-mundo-2014-oportunidade-desperdicada.

LESSA, J. V. S. A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais. Brasília: MRE, 2002 (Tese, XLIV Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 2002).

LINZ, J. e STEPAN, A. (1992), "Political Identities and Electoral Sequences: Spain, Soviet Union and Yugoslavia".Daedalus, vol. 121, nº 2 , 1992.

MALUF FILHO, A. F. *A Efetividade do Regime Internacional da Mudança Climática : A Contribuição dos Governos Subnacionais e a Mitigação da Mudança do Clima : A Liderança dos Governos Subnacionais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2012.

MARQUES, A. T. *Espectáculo Desportivo na Sociedade Globalizada*. Seminário. XI Congresso de Educação Física e Ciências do Desporto dos Países de Língua Portuguesa "Renovação e Consolidação". São Paulo, Escola de Educação Física e Esportes da USP, 6 a 9 de setembro de 2006.

MARQUES, A. T. "Qual será o legado da Copa do Mundo de Futebol de 2014 para o Brasil". In *Revista USP* / Superintendência de Comunicação Social da Universidade de São Paulo nº 99, 2013.

MARX, V. "La acción internacional de las ciudades: el caso de Barcelona y Porto Alegre". In: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), UNESP (Universidade Estadual Paulista), PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e FGV/SP (Fundação Getúlio Vargas, São Paulo). *Ação internacional das cidades no contexto da globalização*: Caderno número 80, Edição Especial. São Paulo: CEDEC, UNESP, PUC/SP, FGV/SP, 2006.

MASCARENHAS, G.; BIENESTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (Org.). *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

MATSUMOTO, C. *As determinantes locais da paradiplomacia: o caso dos municípios brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MCGRATH, C. (org.). Interest groups & lobbying. Lewiston: Edwin Mellen Press, 2009.

MINGUS, M. S. *Transnationalism and subnational paradiplomacy: is this perforated sovereignty or are democracy and civil society just reaching across borders?*. Apresentado em: Sixteenth Annual Conference of the Public Administration Theory Network, Anchorage, Alaska, June 20, 2003.

MOIX, L. *Cidade dos arquitetos,* Barcelona, Anagrama, 1994.

MOLOTCH, H. *The city as a growth machine: toward a political economy of place*. The American Journal of Sociology, Vol. 82 (2), 1976.

MONTANER, J. M. e MUXI, Z. "Los modelos Barcelona. D, e la acupuntura à la prótesis" in *Arquitectura Viva, nº 84,* Barcelona, 2002.

MORENO, E. & MONTALBAN, M. V. *Barcelona, cap on vas?* Llibres d l'Índex, descoberta, 8, Barcelona, 1991.

NEL-LO, O. *La ciudad ante el 2000,* Cuaderno Central nº 15, Ayuntament de Barcelona, 1990.

OHMAE, K. *The end of the Nation State: the rise of regional economies*. New York: Mc Kinsey and Company, 1995.

OLIVEIRA, A. J.; ONUKI, J.; VEIGA, J. P. C. *Política Externa e Negociações Internacionais*. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 87, p. 29-33, 2006.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva. São Paulo: EDUSP, 1999. Capítulos 1, 2, 5 e 6.

ONUKI, J. "James Rosenau: política externa num mundo em mudança". In: MEDEIROS, M.; LIMA, M. C.; VILLA, R. D.; REIS, R. R. (Org.). *Clássicos das Relações Internacionais*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2010, v. 1, p. 249-264.

ONUKI, J.; OLIVEIRA, A. J. Paradiplomacia e Relações Internacionais : a experiência de São Paulo. *Revista São Paulo em Perspectiva*, p. 1–24, 2007.

OPPENHEIM, F. "Self-Interest and Public Interest". Political Theory, Vol. 3, No. 3, August 1975.

ORTEGA Y GASSET. *El origen Deportivo del Estado*. La Coruña, Edición INEF Galicia/ Universidad de La Coruña, 2011.

PAQUIN, S. *Paradiplomatie et relations internationales. Théorie des stratégies internationales des régions face à la mondialisation*. Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes-Peter Lang, 2004.

PIERSON, P. "Public Policies as Institutions". In: SKOWRONEK, Stephen; GALVIN, Daniel; SHAPIRO, Ian (eds). Rethinking Political Institutions: The Art of the State, New York: New York University Press, 2006.

RIBEIRO, R. S. "Cooperação Intergovernamental e preparação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016: o papel de mediadora da Autoridade Pública Olímpica". In: *Temas de Direito Econômico – A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016*. Curitiba, Clássica, 2013.

RIGHI, Roberto ; BRUNA, Gilda Collet . "A Ocupação Periférica, o Transporte Individual e a Crise da Sustentabilidade Urbana". In: *Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Mackenzie, v. 1, p. 125-137, 2011.

RIKER, W. H., *Federalism: Origin, Operation, Significance*. Boston, Little Brown, 1964.

RIO 2016: Comitê Organizador do Rio-2016. Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, 2014. Disponível em:
http://www.rio2016.com/transparencia/sustentabilidade

RISSE-KAPPEN, T. (ed.). *Bringing transnational relations back in: non-state actors, domestic structures and international institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROSENAU, J. N. "Governance and democracy in a globalizing world". In: ARCHIBUGI, D.; HELD, D.; KÖHLER, M. *Re-imagining political community. Studies in cosmopolitan democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.

_____. "Along the domestic-foreign frontier: exploring governance in a turbulent world". *Cambridge Studies in International Relations*, 1997.

ROSENAU, J. N. Governing the ungovernable: The challenge of a global disaggregation of authority. *Regulation & Governance*, v. 1, n. 1, p. 88–97, 2007.

RUBIO, K. "Os jogos olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento". *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona*: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194, 2005.

SANTOS, B. S. (Org.). *Democratizar a democracia*: Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SALLUM Jr., B. "Em direção a um Estado global?". In: KRITSCH, R.; RICUPERO, B. (Org.). *Força e legitimidade: novas perspectivas?*. São Paulo: Asssociação Editorial Humanitas, v. 1, p. 153-159, 2005.

SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil—os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre: um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. *Contexto Internacional*, v. 29, p. 99–147, 2007.

SARAIVA, J.F.S. A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 2, p. 131–162, 2004.

SASSEN, S. The global city: strategic site/new frontier. *American Studies*, v. 3, p. 79–95, 2000.

SCHMITTER, P. "Still the Century of Corporatism?". The Review of Politics, Vol. 36, No. 1, 1974.

SMITH, N. *The New Urban Frontier. Gentrification and revanchist city.* Londres e NY, Routledge, 1996.

SOLDATOS, P. "An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors". In: MICHELMANN, H. J.; SOLDATOS, P. *Federalism and international relations: the role of subnational units*. New York: Oxford University Press, 1990.

TAYLOR, A. "How the Olympic Games Changed Barcelona Forever", in *Business Insider*, July 26, 2012. Disponível em: http://www.globalpost.com/dispatch/news/regions/europe/spain/120726/olympic-games-barcelona-legacy-olympic-curse.

THOMAS, C. (org). Research guide to U.S. and international interest groups – Westport: Praeger Publishers, 2004.

THOMAS, C; HREBENAR, R. "Understanding interest groups, lobbying and lobbyists in developing democracies". Journal of Public Affairs, Vol. 8, Nos. 1-2, 2008.

THOMAS, C. Political parties and interest groups: shaping democratic governance. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001, capítulos 1 e 15.

TRUMAN, D. The governmental process: political interests and public opinion. New York: Knopf, 1951.

TZANOUDAKI, S. "The modern Olympic City: the passage from modernism to post-modernism in Olympic design". In.: MORAGAS, M; KENNETT C.; PUIG, N. (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona, 2000.

USBORN, S. "After The Party: What Happens when the Olympics Leave Town", in *The Independent*, August 19, 2008. Disponível em: http://www.independent.co.uk/sport/olympics/after-the-party-what-happens-when-the-olympics-leave-town-901629.html.

VERBRUGGEN, H. "The IOC, the Olympic Movement, the host city: a common legacy". In.: MORAGAS, M.; KENNETT C.; PUIG N. (eds) *The legacy of the Olympic Games 1984-2000*. Barcelona/Lausanne: Olympic Studies Centre of the Autonomous University of Barcelona, 2000.

VIGEVANI, T; WANDERLEY, L. E.; BARRETO, M. I.; MARIANO, M. P. (orgs.). *A dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: EDUC, Editora UNESP, EDUSC, FAPESP, 2004.

VIGEVANI, T. “Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais. Estados e municípios brasileiros”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, 2006.

VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L. E.; CINTRA, R. *Ação Internacional das Cidades no Contexto da Globalização*. Cadernos CEDEC, no80. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea São Paulo: Cedec, abril 2006.

VV.AA. *Barcelona marca registrada. Un model per desarmar, Barcelona,* Barcelona, UTE, Virus editorial, 2004.

VV.AA. *Urbanisme a Barcelona, Plans cap al 92,* Ayuntament de Barcelona, 1988 (2ª ed.).